



Thais de Freitas Mondini Belletti

“O jeito era dar um jeito”.

**A análise do conceito de jeitinho brasileiro
em crônicas nacionais: uma perspectiva
intercultural com aplicabilidade para o
ensino de português LE/L2**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Rosa Marina de Brito Meyer

Rio de Janeiro

Junho de 2017



Thais de Freitas Mondini Belletti

**“O jeito era dar um jeito”.
A análise do conceito de jeitinho brasileiro
em crônicas nacionais: uma perspectiva
intercultural com aplicabilidade para
o ensino de português LE/L2**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Rosa Marina de Brito Meyer
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Adriana Ferreira de Sousa de Albuquerque
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Tania Maria Nunes de Lima Camara
UERJ

Profa. Monah Winograd
Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Thais de Freitas Mondini Belletti

Graduou-se em Letras na UFRJ (bacharelado em Português Literaturas de Língua Portuguesa), em 2012. Em 2010, foi selecionada a participar do Programa de Ensino e Pesquisa em Português para estrangeiros (PEPPE) na UFRJ, atuando como monitora de português para alunos estrangeiros. É especialista em Política Internacional pela Damásio Educacional. Foi bolsista do CNPq durante o mestrado. Participou de cursos e congressos sobre ensino de línguas. Atua na área de ensino de português e de inglês como segunda língua e na aplicação do Exame de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros-CELPE-BRAS.

Ficha Catalográfica

Belletti, Thais de Freitas Mondini

“O jeito era dar um jeito”: a análise do conceito de jeitinho brasileiro em crônicas nacionais: uma perspectiva intercultural com aplicabilidade para o ensino de português LE/L2 / Thais de Freitas Mondini Belletti; orientadora: Rosa Marina de Brito Meyer. – 2017.

103 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2017.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Jeitinho. 3. Português LE/L2. 4. Crônica. 5. Semiótica. 6. Consciência cultural. I. Meyer, Rosa Marina de Brito. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Dedico esse trabalho ao meu companheiro de vida e de
jeitinhos, Hank Owens.

Agradecimentos

Às mulheres de minha vida: minha mãe Fátima e minhas irmãs Talita, Carolina e Priscilla, pelo amor incondicional.

À minha orientadora professora Rosa Marina de Brito Meyer, pelas valiosas orientações.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Chiquinha, pela dedicação e ajuda.

Às amigas Sarah e Sônia, companheiras nessa jornada enriquecedora do mestrado.

Às professoras do departamento de Estudos da Linguagem da PUC-Rio com as quais tive o prazer de ter aulas, pela inspiração.

Aos meus alunos, que me ensinam sempre a construir novos sentidos.

Meu reconhecimento especial à Clician Oliveira, pela ajuda na finalização desse trabalho.

À amiga Dani Martins, pela generosidade e pela amizade de sempre.

Aos amigos que, com apoio incondicional e paciência, souberam entender esse processo acadêmico.

Resumo

Belletti, Thais de Freitas Mondini; Meyer, Rosa Marina de Brito (Orientadora). **“O jeito era dar um jeito”**. A análise do conceito de **jeitinho brasileiro em crônicas nacionais: uma perspectiva intercultural com aplicabilidade para o ensino de português LE/L2**. Rio de Janeiro, 2017. 103p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O conceito de *jeitinho* está presente em uma série de discursos que expressam um conjunto de valores que os brasileiros percebem como sendo seus. De fato, o *jeitinho* não pode ser correlacionado exclusivamente a uma camada ou classe social. Ele se constitui como uma prática social conhecida e legitimada por todos os segmentos da sociedade brasileira. Dessa forma, com base em uma perspectiva social da linguagem, a abordagem desse conceito em um contexto de ensino de português do Brasil como língua estrangeira ou segunda língua mostra-se relevante. Nessa dissertação, abordamos o conceito de *jeitinho* por meio da leitura e análise de três crônicas de autores brasileiros. Esse gênero apresenta uma linguagem singular: é um produto do discurso jornalístico e, ao mesmo tempo, inclui-se entre os gêneros literários. A análise das crônicas foi realizada sob a perspectiva da semiótica discursiva, tendo por objetivo a busca de sentidos que se relacionam ao conceito de *jeitinho*. Com base em uma perspectiva intercultural, os aprendizes estrangeiros podem, por meio da leitura das crônicas, entrar em contato com certos aspectos culturais que envolvem o conceito de *jeitinho* na sociedade brasileira. Acreditamos que o resultado dessa pesquisa possa contribuir para promoção de uma consciência cultural crítica no âmbito de ensino do português do Brasil.

Palavras-chave

Jeitinho; português LE/L2; crônica; semiótica; consciência cultural; competência intercultural.

Abstract

Belletti, Thais de Freitas Mondini; Meyer, Rosa Marina de Brito (Advisor). **“O jeito era dar um jeito”**. **The analysis of the concept of Brazilian jeitinho in national chronicles: an intercultural perspective with a contribution to the teaching of Portuguese FL/2L**. Rio de Janeiro, 2017. 103p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The concept of jeitinho is present in a series of discourses that express a set of values that Brazilians perceive as their own. In fact, jeitinho cannot be correlated exclusively to a social class or select group. It is constructed as a social practice known and legitimized by all segments of Brazilian society. Thus, based on a social perspective of the language, the approach of this concept in a context of teaching Brazilian Portuguese as a foreign language or second language is relevant. In this dissertation, we propose to approach the concept of jeitinho through the reading and analysis of chronicles of three Brazilian authors. This genre presents a unique language which is a product of journalistic discourse and, at the same time, is included among recognized literary genres. The analysis of chronicles was carried out from the perspective of discursive semiotics, aiming to search for meanings that are related to the concept of jeitinho. Based on an intercultural perspective, foreign learners can touch on certain cultural aspects that involve the concept of jeitinho in Brazilian society, through the reading of chronicles. We believe that the result of this research may contribute to the promotion of a critical cultural awareness within the scope of the teaching of Brazilian Portuguese.

Keywords

Jeitinho; Portuguese FL/2L; chronicle; semiotics; cultural awareness; intercultural competence.

Sumário

1. Introdução	10
1.1. Justificativa e relevância	12
1.2. Objetivos	14
1.3. Organização do trabalho	14
2. O jeitinho brasileiro e a crônica	16
2.1. O que é o jeitinho	16
2.1.1. O discurso negativo e o discurso positivo do jeitinho	23
2.1.2. O jeitinho brasileiro como identidade nacional	32
2.2. O texto literário no ensino de LE/L2 e a crônica	37
3. Pressupostos teóricos e metodologia	44
3.1. Relação língua-cultura	44
3.1.1. Cultura objetiva e cultura subjetiva	46
3.1.2. A cultura no ensino de L2/LE	49
3.1.3. Competência comunicativa intercultural	51
3.2. Metodologia	55
3.2.1. Temas e Figuras	58
3.2.2. A escolha das crônicas	60
4. Análise de dados	63
4.1. Crônica 1 Dar um jeitinho	63
4.2. Crônica 2 Moça deitada na grama	73
4.3. Crônica 3 A estética da gambiarra	81
5. Conclusão	92
6. Referências bibliográficas	98

Imaginar uma linguagem é imaginar uma forma de vida
Ludwig Wittgenstein

1

Introdução

A expressão *jeitinho brasileiro* é, sem dúvida, compartilhada por grande parte da sociedade brasileira. Tal expressão comporta múltiplos sentidos, facetas e implicações. Existem, por um lado, aqueles que o enxergam como um defeito civilizatório grave, por outro, há aqueles que veem no *jeitinho* uma virtude, um estilo especial de lidar com as vicissitudes do cotidiano brasileiro.

Na sua acepção mais comum, o *jeitinho* é identificado como uma forma de se resolver um problema, ou uma situação difícil ou proibida; ou como um recurso que se vale da criatividade e da improvisação em uma emergência. O fundamento basilar para se dar ou receber um *jeitinho* encontra-se nas relações pessoais que se estabelecem em cada situação particular. Nas situações envolvendo o *jeitinho* geralmente está a tentativa de se criar um vínculo afetivo ou emocional com o outro.

Essa instituição social brasileira apresenta diferentes formas de representação no discurso. Na vertente positiva, o *jeitinho* faz parte das qualidades do brasileiro. Sintetiza seu lado simpático, caloroso, alegre, esperto, afetivo. Pode, por vezes, ser caracterizado como um discurso com tons ufanistas, enfatizando sempre os aspectos criativos e flexíveis da cultura brasileira. Mais significativo ainda é o entendimento de que o *jeitinho* é um elemento que humaniza as relações, pois, sem ele, tudo seria muito rígido e frio.

Na vertente negativa, o discurso geralmente se constrói em tom de denúncia. Denúncia das instituições sociais e políticas brasileiras, carentes de credibilidade, vistas como sempre associadas à corrupção e à impunidade. Sob essa ótica, o *jeitinho* pode ser associado à imagem de um brasileiro que só quer tirar vantagem, como explicitado na lei de Gérson. Essa expressão originou-se na década de 1970, com o polêmico jogador Gérson, da seleção brasileira de futebol, que utilizou a seguinte frase em uma propaganda de cigarros: “gosto de levar vantagem em tudo, certo?”. Tal lei está ligada à pessoa que gosta de se dar bem

em tudo, no sentido negativo - de se aproveitar das situações somente em benefício próprio.

Com efeito, o conceito de jeitinho não pode ser analisado com base em narrativas simplistas, dada a complexidade do conjunto de representações que envolve esse termo, certamente, um componente bastante presente nas práticas sociais e nas formações discursivas brasileiras.

Desse modo, consideramos o jeitinho um elemento importante a ser abordado no contexto de ensino de português do Brasil como língua estrangeira (LE) ou como segunda língua (L2)¹. Com base na perspectiva social da linguagem, entendemos que o jeitinho está carregado de sentidos construídos no meio social brasileiro. Nesse caso, a esse termo associamos uma série de expressões linguísticas como: jogo de cintura, gambiarra, se virar, uma mão lava a outra, quebra-galho, mexer os pauzinhos, quem não chora não mama, etc.

Alheio à mecânica do sistema sociocultural brasileiro, um estrangeiro, partindo de uma perspectiva etnocêntrica, pode julgar esse tipo de navegação social como afronta ao sistema de leis que se pretende igual para todos. Afinal, por que a uma pessoa que relata um problema pessoal pode ser dada prioridade de atendimento em um órgão de serviço público, se todos devem aguardar igualmente na fila?

Com o intuito de combater visões etnocêntricas, a perspectiva intercultural no ensino de línguas procura desenvolver nos aprendizes uma consciência cultural crítica. Isso quer dizer que os padrões de pensamento e comportamento presentes em um dado grupo devem ser analisados dentro de seu contexto social. Nesse caso, quando o aprendiz entra em contato com aspectos culturais da língua-alvo, não deve compará-los com o grupo cultural do qual faz parte, valendo-se de preceitos moralizantes, isto é, estabelecendo uma hierarquia moral entre os padrões de pensamento e comportamento presentes em seu próprio grupo em relação aos padrões do outro. Muito pelo contrário, o aprendiz deve olhar para as

¹ Usamos o termo “língua estrangeira” como a língua estudada fora do país em que esta é considerada oficial, usada nas interações sociais do dia a dia. Referimo-nos a “segunda língua”, como a língua estudada dentro do contexto de imersão, isto é, do contexto em que a língua é falada pelos habitantes do país.

diferenças, com base em uma visão descentralizadora, de modo que este possa lidar com o outro em termos de igualdade.

A problematização das relações interculturais no âmbito do ensino de línguas explicita uma necessidade de compreensão mais ampliada da própria concepção de cultura. Entendemos que a noção de cultura na perspectiva semiótica, tal como proposta por Clifford Geertz, seja pertinente para esse trabalho. Esse autor entende a cultura como a totalidade acumulada de padrões culturais, ou seja, de "sistemas organizados de símbolos significantes" (Geertz, 1989, p. 58).

Com base nessa concepção de cultura, buscamos interpretar como certos significados envolvendo o conceito de jeitinho são construídos no discurso no Brasil. Considerada um gênero tipicamente brasileiro, escolhemos a leitura de três crônicas nacionais para analisar as figuras e os temas usados pelos cronistas, a fim de darmos sentido a essa instituição brasileira no texto literário.

1.1.

Justificativa e relevância

A motivação para esse trabalho nasceu do interesse de alunos estrangeiros de português em contexto de imersão no Brasil em relação a aspectos culturais da sociedade brasileira. Um dos temas surgidos em sala de aula foi a aceção do conceito de jeitinho.

Alguns podem afirmar que o jeitinho não é exclusividade brasileira. Com efeito, formas de se lidar com os problemas do cotidiano e de se procurarem meios alternativos a certas normas e leis do Estado existem em todo lugar. Contudo, o que queremos destacar nesse trabalho é o valor que a sociedade brasileira atribui ao jeitinho. Ao entrar em contato com esse conceito, uma aluna holandesa da PUC-Rio relatou: “me chocou o fato de existir um termo específico para esse tipo de comportamento na sociedade brasileira”.

Conforme apontado na unidade sobre o jeitinho brasileiro nesse trabalho (Cf. 2.1.3), entendemos esse termo como um elemento paradigmático da

identidade social brasileira. Podemos dizer que ele sintetiza um conjunto de ações, atitudes e relações que os brasileiros entendem como sendo seus. Esse tipo de navegação social está inserido em uma série discursos presente no contexto brasileiro, e podemos encontrá-lo em artigos de jornais, blogs, revistas sobre negócios, sobre comportamento, etc. Como exemplo disso, podemos citar inúmeras manchetes da mídia brasileira:

*O **jeitinho brasileiro** e o jeitão de Dilma: Quando associado à famosa ‘carteirada’, o **jeitinho** vira um vício, em que cada um faz o que quer e como quer. Foi o que aconteceu com Dilma Rousseff na Brazil Conference (Gazeta do Povo, 11/04/2017)*

*O polêmico “**jeitinho** brasileiro”: Custa mais aos brasileiros do que aos argentinos sair às ruas para protestar, por exemplo (El País Brasil, 13/12/2013)*

*“**Jeitinho brasileiro**” chegou à condução da política econômica do país, diz ‘FT’ - Mantega e Tombini são acusados de usar ‘criatividade’ para cumprir metas (O Globo, 16/01/2013)*

*Índia importa “**jeitinho brasileiro**” para favelas de Mumbai (Notícias Terra, 03/04/2012)*

*Órgão dos EUA pede **jeitinho brasileiro** para vencer atraso (Revista Exame, maio de 2015)*

***Jeitinho Brasileiro** no Trânsito: Estudiosos buscam compreender as razões para o comportamento agressivo dos brasileiros nas estradas. (Sites FGV, abril de 2016)*

***Jeitinho brasileiro** é promovido a estratégia no mundo dos negócios (Folha de São Paulo, 20/08/2015)*

***Jeitinho brasileiro**: a gambiarra que até a Nissan admitiu que foi boa (TECMUNDO, 22/08/2016)*

*Teori diz que “**jeitinho brasileiro**” facilita a desobediência: O ministro participou hoje do 3º Colóquio sobre o STF, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo (O Dia, 24/10/2016)*

*Mundo se preocupa com ciberespionagem de “**jeitinho brasileiro**” (Valor Econômico, 10/02/2016)*

1.2. Objetivos

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos escolhidos para esse trabalho, nossos objetivos são:

- 1) Analisar como certos sentidos, ligados ao conceito de jeitinho, são construídos em crônicas nacionais.
- 2) Demonstrar que o texto literário do tipo crônica pode ser uma valiosa ferramenta para apresentar aspectos culturais da sociedade brasileira com os quais os aprendizes de português como segunda língua (L2) ou língua estrangeira (LE) podem entrar em contato.
- 3) Contribuir para uma conscientização cultural crítica no âmbito do ensino-aprendizagem de português LE/L2, com base na perspectiva intercultural de ensino de línguas.

1.3. Organização do trabalho

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo constam a introdução, na qual apresentamos uma ideia geral sobre o jeitinho, a justificativa e a relevância, e os objetivos que pretendemos atingir com esse trabalho.

No capítulo dois, investigamos de que forma o conceito de jeitinho é construído nos diferentes discursos em que aparece. Fazemos, assim, uma revisão da literatura que aborda esse conceito a partir de análises advindas das Ciências Sociais. Dentre essas análises, destacamos o estudo de Barbosa (2006), baseado na Antropologia Social; estudos de DaMatta (2004, 1997, 1986) de cunho sociológico; e a análise de Borges (2006) sobre o jeitinho brasileiro, que se baseia em preceitos da Filosofia. Além desses estudos, incluímos discursos em que o jeitinho aparece a partir de uma perspectiva positiva ou negativa, como vemos nas análises elaboradas por Almeida (2007), Rocha e Corbo (2013), e Constantino

(2016). Nesse mesmo capítulo, abordamos a importância do uso de textos literários no âmbito do ensino de LE/L2. De acordo com considerações de Tosta (2004), entendemos a literatura como uma rica forma de expressão cultural que pode ajudar o aprendiz de LE/L2 a refletir sobre certas formas pelas quais os grupos nacionais constroem seus significados. Com base em análises elaboradas por Portella (2014), Freitas (2004), Candido (1992), entre outros, consideramos a crônica como um meio específico de construção de significados no contexto brasileiro. Ao final do capítulo, assim, apresentamos os motivos pelos quais escolhemos o texto literário do tipo crônica como *corpus* de nossa análise.

No capítulo três, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos nos quais nos baseamos para o desenvolvimento desse trabalho. Primeiramente, apontamos a indissociabilidade entre língua e cultura. Nesse caso, em um contexto de ensino de L2/LE, a cultura não pode ser vista como mera informação transmitida pela língua, mas deve ser parte essencial do processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, com base na perspectiva social da linguagem, abordamos teorias que versam sobre o conceito de cultura, como visto em Geertz (1989) e Bruner (1997), sobre preceitos do interculturalismo, como visto em Bennett (1998), e sobre a noção de competência comunicativa intercultural, tal como proposto por Byram (1997), Byram *et al.* (2002), e Deardorff (2006).

Ainda no capítulo três, apontamos a metodologia escolhida para analisar três crônicas brasileiras. Utilizamos uma metodologia baseada na semiótica discursiva desenvolvida por Greimas (1979) e explicada por Fiorin (2016), pois esta concebe o texto como simulacro da vida real, uma vez que neles são representados sujeitos, fatos, objetos, valores que retratam o mundo. Em sequência, no capítulo quatro são feitas as análises das crônicas.

No capítulo cinco, apresentamos as notas finais que concluem as questões abordadas ao longo do trabalho e apontam-se sugestões para pesquisas futuras.

2

O jeitinho brasileiro e a crônica

Este capítulo discorre sobre como o conceito de jeitinho é construído nos diferentes discursos em que aparece. Com efeito, podemos dizer que esse conceito é compartilhado por grande parte da sociedade brasileira, constituindo-se como um elemento importante na construção da identidade nacional. Como processo de investigação, discorreremos sobre o conceito de jeitinho, fundando-nos em trabalhos das Ciências Sociais que tiveram como objeto a análise da cultura brasileira e tomando por base suas imagens e representações, ambiguidades e paradoxos.

Neste mesmo capítulo, discorreremos, então, sobre como o texto literário pode ser considerado uma importante ferramenta no âmbito do ensino-aprendizagem de LE/L2 como meio de acesso ao conhecimento de manifestações culturais tais como o jeitinho na sociedade brasileira. Considerada um gênero tipicamente brasileiro, nossa ênfase recai sobre a crônica, pois entendemos que esta se configura como um meio particular de construção de significados no Brasil.

2.1.

O que é o jeitinho

Como uma primeira etapa do processo de investigação, recorreremos a definições em diferentes dicionários de língua portuguesa em busca de significações e locuções que cercam o vocábulo jeitinho.

Nesse processo, analisamos um total de 6 dicionários: quatro dicionários em versão impressa: *Bueno Silveira* (2016), *Houaiss* (2009), *Michaelis* (2008), e *Aurélio* (1999); e dois dicionários em versão *online*: *Dicio* e *Aulete*².

² Tais dicionários foram selecionados principalmente pelos critérios de tradição e confiabilidade.

Nesse levantamento, constatamos que os dicionários *Bueno Silveira* (2016), *Houaiss* (2009) e *Dicio* incluem os vocábulos jeitinho e jeito; já os dicionários *Aurélio* (1999), *Michaelis* (2008) e *Aulete* somente apresentam o verbete jeito.

No que tange ao verbete jeitinho, o dicionário *Bueno Silveira* (2016, p.401) apresenta essa definição: “(Pop.) Solução arranjada com poucos recursos: *a máquina precisava de conserto mas deram um jeitinho para fazê-la funcionar*”. O dicionário *Dicio* atribui ao verbete jeitinho a seguinte definição: “[Figurado] Característica de quem se porta de maneira esperta, com o propósito de conseguir algo, mas que a grande maioria das pessoas considera árduo ou dificultoso: jeitinho esperto” (Jeitinho, s.d.).

O dicionário *Houaiss* (2009, p.1130) foi o único que acrescentou o adjetivo brasileiro ao verbete jeitinho: “1 jeito delicado (ela tem um jeitinho de olhar que me fascina). 2 B infrm: maneira hábil, esperta, astuciosa de conseguir algo, esp. algo que à maioria das pessoas se afigura como particularmente difícil; jeitinho brasileiro. Ex.: pode deixar que na hora H aparece um amigo e dá um jeitinho”.

Dentre as definições que os dicionários atribuem ao vocábulo jeito, as entradas mais recorrentes são habilidade e destreza. Com efeito, podemos dizer que, em uma situação envolvendo o jeitinho, o indivíduo precisa ser hábil para encontrar uma solução possível embora não convencional para uma dificuldade, principalmente quando tem poucos recursos.

Nos dicionários *Aurélio* (1999), *Aulete* e *Michaelis* (2008), observamos formas correlatas às definições de jeitinho que se apresentam sob a forma de locuções. No dicionário *Aurélio* (1999, p.1158) encontramos a locução dar um jeito referida como: “Bras. Encontrar uma solução para determinada situação”. No dicionário *Aulete* dar um jeito significa: “Contornar uma dificuldade, ou solucionar um problema (seja por meios usuais ou alternativos), tomando as providências necessárias” (Dar um jeito, s.d.). O dicionário *Michaelis* (2008, p.500) assim apresenta a locução dar um jeito: “a) fazer o necessário para conseguir uma coisa; b) arranjar com habilidade; c) remover com destreza uma dificuldade”. Esse dicionário amplia a noção de jeito com as locuções não dar

jeito, que descreve como: “não ser possível”, e “não ver jeito”, traduzida como: “não ver saída, não ver possibilidade”.

Além dos dicionários citados, recorreremos ainda ao *Dicionário inFormal*, na sua modalidade *online*. Tal dicionário define-se como: “O dicionário de português gratuito na internet, onde as palavras são definidas pelos usuários. Uma iniciativa de documentar on-line a evolução do português”³. Não há, assim, autores identificados ou profissionais da área para a tarefa lexicográfica, mas usuários que contribuem com opiniões pessoais sobre um determinado vocábulo. Nesse dicionário, pesquisamos os verbetes *jeitinho* e *jeitinho brasileiro*.

A definição para *jeitinho brasileiro* assim se apresenta: “Expressão muito usada pelos brasileiros para definir a capacidade de resolver determinadas tarefas, situações ou até mesmo problemas. Uma característica bem brasileira. Infelizmente no momento, o ‘jeitinho brasileiro’ que era sinônimo de ‘Criatividade’ acabou se transformando em ‘MÁ FÉ’”. (*Jeitinho brasileiro*, s.d.).

Em relação ao verbete *jeitinho*, encontramos essa definição: “Expressão brasileira para um modo de agir informal amplamente aceito, que se vale de improvisação, flexibilidade, criatividade, intuição, etc., diante de situações inesperadas, difíceis ou complexas, não baseado em regras, procedimentos ou técnicas estipuladas previamente. ‘Dar um jeito’ ou ‘Dar um jeitinho’ significa encontrar alguma solução não ideal ou previsível. O ‘jeito’ ou ‘jeitinho’ pode se referir a soluções que driblam normas, ou que criam artifícios de validade ética duvidável”. Dentre os 162 sinônimos para o *jeitinho* citados nesse dicionário, encontram-se: *gambiarra*, *quebra-galho*, *habilidade*, *bossa*, *destreza*, *sagacidade*, *solução*, *desvio*, *desembaraço*, *diplomacia*, *recurso*, *artifício*, etc. (*Jeitinho*, s.d.).

Vemos, assim, que as expressões *dar um jeito*, *jeitinho* e *jeitinho brasileiro* aparecem nos dicionários, de maneira geral, como uma forma hábil de resolver uma situação difícil. Essa é uma definição que caracteriza uma ação frente a uma circunstância específica: de problema ou dificuldade. O que queremos destacar aqui, no entanto, é o uso de tais categorias como elemento de identidade nacional, isto é, o valor das expressões *jeitinho*, *jeitinho brasileiro* ou *dar um jeito* (ou *dar*

³ Disponível em < <http://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

um jeitinho) como categorias usadas para definir um estilo brasileiro de lidar com determinadas situações.

Certamente, as definições da expressão jeitinho e de seus parassinônimos no dicionário não contemplam os seus significados simbólicos na sociedade brasileira. Abordar esse conceito sob a ótica simbólica significa perguntar que valor lhe é atribuído e como este é atualizado no contexto social. Para isso, tomamos como ponto de partida a análise do conjunto de representações a respeito dessa instituição brasileira.

Sem dúvida, o jeitinho constitui-se como um elemento muito presente nas análises sobre a identidade brasileira. A antropóloga Livia Barbosa, em seu livro intitulado *Jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros*, destaca que o jeitinho se apresenta como um elemento universal dentro de nossa sociedade. A partir de uma pesquisa empírica com duzentas pessoas de diferentes cidades brasileiras e pertencentes a diversos segmentos sociais, a autora afirma que: “todas as pessoas entrevistadas conhecem, praticam ou fazem uso das expressões *jeitinho brasileiro* ou *dar um jeito*” (Barbosa, 2006, p.40). A pesquisa apontou que, no que tange à definição do que é o jeitinho, não há grandes variações entre os entrevistados. De acordo com a autora:

Para todos, *grosso modo*, o *jeitinho* é sempre uma forma “especial” de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade. Portanto, para que uma determinada situação seja considerada *jeito* necessita-se de um acontecimento imprevisto e adverso aos objetivos do indivíduo. Para resolvê-la, é necessária uma maneira especial, isto é, eficiente e rápida para tratar do “problema”. Não serve qualquer estratégia. A que for adotada tem que produzir os resultados desejados a curtíssimo prazo. (Barbosa, 2006, p.41)

Apesar de haver uma definição de jeitinho sobre a qual aparentemente existe um certo consenso, essa não é uma categoria de contornos tão definidos como seria de se supor. Na pesquisa realizada por Barbosa (2006), o jeitinho distingue-se de outras categorias afins no universo social brasileiro como o favor e a corrupção. Não é claro, no entanto, as margens que distinguem um do outro: onde termina um e começa o outro é difícil de precisar. Dessa forma, o que

caracteriza a distinção entre jeitinho, favor e corrupção depende do contexto em que a situação ocorre e o tipo de relação existente entre as pessoas envolvidas (Barbosa, 2006, p.42).

Mesmo sem haver uma distinção clara entre uma situação e outra, Barbosa (2006) busca descrever algumas características próprias dos termos favor e corrupção quando comparados ao jeitinho, com o intuito de melhor compreendermos esses diferentes universos simbólicos. Ao favor, a autora atribui o valor de reciprocidade direta, ou seja, quem recebe um favor fica “*devedor de quem o fez* e se sente *obrigado* a retribuí-lo, estabelecendo-se, assim, uma hierarquia entre o credor e o devedor” (Barbosa, 2006, p.42). Em um contexto envolvendo o jeitinho, os participantes estão sempre em situações iguais. A reciprocidade é difusa. Nesse caso, qualquer pessoa pode receber a retribuição de um jeitinho que não foi concedido por ela, pois, segundo dizem, “*hoje é ele, mas amanhã pode ser eu*, e isso independente do grau de conhecimento entre as pessoas envolvidas” (Barbosa, 2006, p.43).

Outra distinção entre favor e jeitinho está na ideia de que o favor não envolve uma violação de uma norma ou regra, enquanto o jeitinho envolve quase sempre algum tipo de infração. Entretanto, podemos admitir que, embora no nível de representação simbólica tais termos pareçam distintos, no âmbito das práticas sociais eles podem se confundir. É possível “dar um *jeitinho* sem infringir regra alguma, assim como é possível pedir um favor e desrespeitar uma lei” (Barbosa, 2006, p. 43).

Assim como na prática a distinção entre favor e jeitinho encontra contornos indefinidos, também os limites entre corrupção e jeitinho mostram-se imprecisos. Segundo Barbosa (2006), para a maioria dos entrevistados, o que distingue o jeitinho da corrupção é a existência ou não de uma vantagem material. No entanto, a situação pode ser relativizada em relação ao montante de dinheiro envolvido. Por exemplo, dar um dinheirinho para o guarda que resolveu não multar o motorista pode não ser considerado corrupção, pois, embora a situação abarque ganho material, envolve pequena quantidade, o que pode ser considerado um jeitinho. Quando o ganho envolve níveis mais altos, adquire matizes de corrupção (Barbosa, 2006, p.44).

De acordo com a pesquisa de Barbosa (2006), podemos dizer que existe um discurso mais condenatório e um discurso mais favorável em relação ao jeitinho. Nota-se, no entanto que, como destaca a autora, essa instituição não é apenas amplamente conhecida, mas também igualmente praticada; ou seja, independentemente se a favor ou contra, a maioria das pessoas afirma já ter recorrido ao jeitinho.

O argumento para que se lance mão do jeitinho encontra respaldo no ambiente burocrático atribuído ao sistema brasileiro. Conforme a maioria dos informantes na pesquisa de Barbosa (2006, p.46), “a burocracia é o domínio, por excelência, do *dar um jeito*”. Podemos dizer que o sistema de leis no Brasil não é visto como um instrumento usado para fazer a sociedade funcionar bem, mas sim como um instrumento de perpetuação de privilégios, atuando de forma rígida sobre os seus cidadãos. No que tange à relação entre lei e sociedade, DaMatta (2004, p.47) postula:

Ainda somos um país onde a lei sempre significa um “não pode!” formal, capaz de tirar todos os prazeres e desmanchar todos os projetos e iniciativas, criando – além disso- um elo ambíguo, senão negativo, entre o Estado e a sociedade.

Nesse contexto, adota-se um estilo de navegação social que passa sempre pelas brechas que estão entre a lei e a situação concreta. Segundo DaMatta (2004), os brasileiros “escolhem as zonas intermediárias, onde a lei tem ‘furos’, inventando, assim, os ‘jeitinhos’” (DaMatta, 2004, p.48). De acordo com essa concepção, o jeitinho está sempre atrelado à relação entre o sistema legal e o indivíduo:

O “jeitinho” é um modo simpático, muitas vezes desesperado e quase sempre humano, de relacionar o impessoal com o pessoal, propondo juntar um objetivo pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, rigidez da norma etc) com um obstáculo impessoal. O “jeito” é um modo pacífico e socialmente legítimo de resolver tais problemas, provocando uma junção casuística da lei com a pessoa. (DaMatta, 2004, p.48)

Podemos dizer que a organização burocrática brasileira não passa despercebida por estrangeiros que chegam ao Brasil. Assim, estes têm a chance de experimentar o quão rígido e complexo o sistema brasileiro pode ser quando

precisam, por exemplo, ir à Polícia Federal ou resolver um problema em um órgão público.

Como mecanismo de sobrevivência dentro desse sistema, os brasileiros escolhem valer-se da instituição do jeitinho, partindo de pressupostos opostos aos que norteiam a burocracia, como destaca Barbosa (2006):

Enquanto a máquina burocrática é teoricamente racional, impessoal, anônima e faz uso de categorias intelectuais, o *jeito* lança mão de categorias emocionais. Com os sentimentos, estabelece um espaço pessoal no domínio do impessoal. E sua estratégia depende de fatos opostos ao da burocracia como: simpatia, maneira de falar, etc. (Barbosa, 2006, p.46).

Segundo resultados da pesquisa elaborada por Barbosa (2006), a maneira de pedir o jeito é considerada fundamental para a sua concessão. Segundo a autora, “é preciso ser simpático, cordial, mostrar necessidade ou até mesmo humildade, mas jamais arrogância ou autoritarismo” (Barbosa, 2006, p.48). Tal atitude enfatiza uma relação de igualdade entre os participantes da situação, não caracterizando uma hierarquia de poder. Isso não significa que mecanismos de poder estejam ausentes em situações envolvendo o jeito, mas o que parece ser mais relevante nessa relação é ser simpático e não ser poderoso. Depreende-se, portanto, que o desempenho das pessoas em uma situação envolvendo o jeitinho é que vai determinar sua concessão ou recusa.

Nota-se que o conceito de jeitinho apresenta possuir uma definição e estratégias particulares que são reconhecidas nas práticas sociais brasileiras. Tal conceito, entretanto, encontra diferentes perspectivas em relação aos seus efeitos na sociedade. Ele pode ser visto tanto como o maior entrave para o desenvolvimento do Brasil como uma característica peculiar da sociedade brasileira responsável por sua sobrevivência e por avanços no processo constitutivo do país.

Apesar de haver aparentemente um certo consenso em relação à aceção do conceito de jeitinho, veremos adiante que este apresenta diferentes formas de representação no discurso.

2.1.1.

O discurso negativo e o discurso positivo do jeitinho

Barbosa (2006) distingue duas maneiras básicas de as pessoas falarem sobre o jeitinho: uma que ela denominou de negativa ou erudita⁴ e outra de positiva. A autora salienta que, embora o jeitinho tenha sido alvo de discursos diferentes, estes não se mostraram necessariamente excludentes. Nesse caso, uma pessoa pode usar, por exemplo, um discurso predominantemente negativo mas não excluir alguns elementos do discurso positivo, “dependendo do contexto em que ela se colocar e, também, do nível a que se estiver referindo: da prática ou da representação” (Barbosa, 2006, p. 62).

Segundo as análises de Barbosa (2006), o discurso positivo está centrado no indivíduo, enquanto o discurso negativo centra suas representações nas instituições, nas estruturas econômicas e políticas, ou seja, na sociedade como um todo. O discurso positivo nasce da experiência diária das pessoas e não da reflexão crítica e profunda sobre as instituições sociais. Isso não quer dizer, no entanto, que este discurso seja alheio aos problemas no âmbito da sociedade; mas, para ele, “o *jeito* é uma questão muito mais profunda, que transcende o momento histórico e a sociedade. É uma questão de ‘caráter’ do povo” (Barbosa, 2006, p.65).

Sob essa perspectiva, o discurso positivo é abrangente, pois percebe o jeitinho como elemento universal dentro da sociedade brasileira. Este pode ser definido tanto como resposta criativa a uma situação problemática quanto como uma ação que implica violação de uma norma ou lei com o objetivo de agilizar algum tipo de procedimento. Segundo Barbosa (2006, p.63), este discurso enfatiza o nosso lado cordial, alegre e esperto, enxergando no jeitinho um “elemento que humaniza as relações, pois se não fosse ele tudo seria muito rígido, impessoal e frio”. Tal discurso foca nas situações concretas do cotidiano e suas eventualidades, como atraso do ônibus, fila do INSS, etc, situações a que todos estão sujeitos.

⁴ Barbosa (2006) distingue dois tipos de discurso negativo: um “erudito” e um “popular”. Para fins de nossa análise, no entanto, julgamos não ser necessário abordar tais diferenças.

Dessa forma, o discurso positivo pensa no jeitinho como “forma alternativa de filiação não à sociedade brasileira, mas à condição humana” (Barbosa, 2006, p.64).

Face aos problemas sociais do Brasil, no discurso positivo, o jeitinho é visto como um mecanismo compensatório em relação aos desajustes e às injustiças presentes na sociedade brasileira. Retomando DaMatta (2004), o jeitinho não só é visto sob uma ótica favorável e simpática, como também configura-se como um mecanismo legítimo usado para se resolver os problemas eventuais do dia a dia.

No discurso negativo, Barbosa (2006) salienta que o jeitinho apresenta ser um elemento extremamente nocivo. Esse discurso baseia-se na reflexão crítica sobre o que é o Brasil como nação, povo e sociedade, partindo unicamente de parâmetros políticos, econômicos e institucionais. É um discurso de denúncia dos homens públicos, da corrupção e da impunidade. A ideia predominante é que “aqui nada funciona, as instituições não são sérias e o casuísmo é a tônica de todos os setores da sociedade” (Barbosa, 2006, p.75).

Diferentemente do positivo, o discurso negativo estabelece uma associação direta entre corrupção e jeito, utilizando-se de um padrão dicotômico que divide o mundo entre o certo e o errado. Sob essa ótica, Alberto Carlos de Almeida (2007), em seu livro *A cabeça do brasileiro*, assim inicia o capítulo sobre o jeitinho:

Você é a favor da corrupção? Claro que não? E, por acaso, já se utilizou pelo menos uma vez na vida do “jeitinho brasileiro”? Sem dúvida que sim. É óbvio que ninguém declararia publicamente ser favorável à corrupção. Nem mesmo seus principais beneficiários. (Almeida, 2007, p.45)

De acordo com essa visão, a ideologia do jeitinho faria com que a sociedade brasileira seja complacente com a corrupção. As escolhas linguísticas de Almeida (2007) estabelecem que um não existe sem o outro, situando-os no mesmo campo semântico. Nesse discurso, jeitinho e corrupção são encarados como sinônimos: “[...] a corrupção não é simplesmente a obra perversa de nossos políticos e governantes. Sob a simpática expressão ‘jeitinho brasileiro’, ela é socialmente aceita” (Almeida, 2007, p.46). O jeitinho, assim, deve ser condenado,

pois este equivale a uma “zona cinzenta moral entre o certo e o errado, impedindo que a cidadania se realize e se torne efetiva” (Almeida, 2007, p.47). Conclui-se, portanto, que, nesse discurso, o jeitinho é sempre visto como uma forma de resolver um problema, burlando alguma regra ou norma preestabelecida e substituindo a ênfase nas relações pessoais do discurso positivo pela ênfase na transgressão.

De acordo com o discurso negativo, o jeitinho é um elemento da sociedade brasileira que deve ser superado à medida que ela avançaria rumo ao modelo civilizatório anglo-saxão. Segundo Barbosa (2006, p.15): “É o *jeitinho* visto como simples reflexo de um estágio de desenvolvimento econômico e social”. Nesse discurso, o Brasil surge como país com muitas possibilidades, porém destinado ao fracasso enquanto não ocorrerem mudanças significativas na estrutura econômica, política e institucional, assim como nos hábitos e atitudes por grande parte do povo brasileiro. Essa mudança significa enquadrar o povo aos padrões de comportamento das nações desenvolvidas, conforme aponta Barbosa (2006, p.78): “significa ensinar-lhes o respeito e a obediência às leis e ao próximo, o cuidado com a propriedade e o dinheiro público, os seus direitos e deveres em relação ao Estado etc”. Percebe-se que esse discurso parte de parâmetros de comportamento que estão de acordo com os moldes civilizatórios, de, por exemplo, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Nota-se que esse discurso parte de uma perspectiva descolada das práticas sociais presentes na sociedade brasileira. Quem assume essa fala não se coloca na posição de participante de tais práticas, mas sob a ótica de um estrangeiro que olha com espanto o comportamento do brasileiro. Barbosa (2006, p.78) destaca essa posição: “os usuários do discurso erudito falam como se a prática social que vivenciam não tivesse relação alguma com o modelo analítico de que se utilizam”.

No discurso negativo, o modelo desejado para a sociedade contrapõe-se à realidade diária dos brasileiros. Assim, as relações pessoais, a amizade, a simpatia, a conversa não são consideradas suficientemente valorosas, podendo ser vistas até mesmo como um entrave para a formação de uma sociedade desenvolvida, séria e respeitável. Rodrigo Constantino (2016), em seu livro com o título *Brasileiro é otário?*, no capítulo destinado ao jeitinho, atribui essas categorias, muito atuantes

na prática cotidiana no Brasil, ao estágio tribal pelo qual o país ainda passaria. Nesse caso, as sociedades desenvolvidas superaram essa fase evolutiva e tornaram-se modelos civilizatórios vantajosos, como o autor afirma:

A evolução, porém, fez com que algumas sociedades conseguissem deixar esse tribalismo rudimentar para trás, beneficiando-se das grandes vantagens de uma população mais vasta, com ganhos de escala, e do respeito às regras impessoais, válidas igualmente para todos – o próprio conceito de justiça. Sociedades tribais são atrasadas, como vemos aos montes, em maiores e menores graus, na África e na América Latina. E o Brasil, claro, é um tanto tribal, cultor também de sua “grande família”. (Constantino, 2016, p.27)

Constantino (2016) parte de uma perspectiva de fora das práticas presentes na sociedade brasileira, como se não participasse delas. Ao dar o exemplo da característica intimista do taxista frente ao passageiro, o autor comenta: “Sim, ele é um motorista contratado temporariamente para um serviço específico [...] mas eis que ocorre uma ligação instantânea, como se fôssemos irmãos de sangue [...] é tudo muito estranho” (Constantino, 2016, p.27). Assim, sob essa ótica, o normal seria uma situação em que o motorista mantivesse distância do passageiro, limitando-se ao serviço prestado sem estabelecer uma relação pessoal mais próxima, aos moldes dos países desenvolvidos. Comentando uma fala de Diogo Mainardi no programa de televisão *Manhattan Connection*, Constantino (2016) exemplifica seu ponto: “aquele vidro que separa motorista de passageiro no táxi nova-iorquino era sinal de civilização” (Constantino, 2016, p.28).

A escrita de Constantino (2016) coaduna-se com o discurso que entende o jeitinho como um aspecto da cultura brasileira que precisa ser superado, pois este impediria que o atual estado de coisas seja alterado. Condena de forma genérica a sociedade brasileira por acreditar que ela é baseada em um conjunto de valores regido pelas emoções, rejeitando, assim, “a maior ferramenta de sobrevivência humana: a razão” (Constantino, 2016, p.31). Assim, os brasileiros, com esse comportamento, “alimentam essa cultura porca do ‘jeitinho’, acham o máximo essa esculhambação e rejeitam a impessoalidade das regras do jogo sob o império das leis isonômicas” (Constantino, 2016, p.35).

Certamente, o jeitinho apresenta ser, no discurso negativo, um elemento extremamente prejudicial na sociedade brasileira. Tal discurso inspira-se nos padrões de pensamento e de comportamento presentes nos chamados países desenvolvidos. Segundo Barbosa (2006), esse discurso mostra-se comprometido com um determinado quadro de valores a que a realidade social brasileira “teima em não se ajustar e, pior, ainda oferece claros indícios de que terá pouca chance de fazê-lo” (Barbosa, 2006, p.90).

Embora com ênfases diferentes, tanto o discurso positivo como o discurso negativo apontam que o jeitinho em sua forma prática é um mecanismo de adaptação a uma realidade difícil da vida. A questão que se levanta é: por que os brasileiros escolhem essa forma de navegação social para lidar com determinadas situações? Como pudemos constatar por meio da pesquisa de Barbosa (2006), pessoas de diferentes segmentos sociais, com modelos de representações diversos, fazem uso do jeitinho.

Roberto DaMatta (1997), em *A casa e a rua*, busca entender essa questão, ao analisar a complexidade da configuração da sociedade brasileira frente aos princípios igualitários e individualistas que o ideário iluminista trouxe para o Ocidente. Segundo o autor, nesse ideário, o conceito de cidadania foi um instrumento poderoso como forma de acabar e de compensar a teia de privilégios que fazia parte do contexto da época, estabelecendo o indivíduo com um papel social central dentro do sistema. O autor destaca, no entanto, que essa ideia de cidadania como um papel social relacionado à igualdade de todos os homens não ocorreu da mesma forma em todos os lugares. DaMatta (1997, p.75) postula: “em situações e históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos”.

O sociólogo admite que a noção de cidadania no Brasil sofre um desvio que impede que esta assuma integralmente seu significado político universalista e nivelador, dado que os processos históricos e culturais que deram forma à sociedade brasileira foram diferentes de sociedades como a francesa e a norte-americana. DaMatta (1997) destaca que o processo de configuração da sociedade brasileira se deu a partir de um modo de organização burocrática, “onde o todo

predomina sempre sobre as partes, e a hierarquia é fundamental para a definição do papel das instituições e dos indivíduos” (DaMatta, 1997, p.76). O autor salienta que esse modo de organização explica o chamado personalismo brasileiro como uma modalidade de reação às leis do Estado colonizador, em oposição ao individualismo americano (e anglo-saxão), que é criador de leis.

De acordo com essa perspectiva, em termos estruturais, as esferas da vida social no Brasil seguem uma lógica diferente de países cujos processos constitutivos se deram a partir da centralização no indivíduo. Ainda segundo o autor, nos Estados Unidos, por exemplo, a ideia de comunidade estaria fundada na igualdade e homogeneidade de seus membros, concebidos como cidadãos. DaMatta (1997) aponta que no Brasil, por contraste, a comunidade seria necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada, e conclui:

Sua unidade básica não está baseada em indivíduos (ou cidadãos), mas em relações pessoais, famílias e grupos de parentes e amigos. Sendo assim, nos Estados Unidos, o indivíduo isolado conta com uma unidade positiva do ponto de vista moral e político; mas no Brasil o indivíduo isolado e sem relações, a entidade política indivisa, é algo considerado altamente negativo, revelando apenas a solidão de um ser humano marginal em relação aos outros membros da comunidade. Realmente o que mais chama atenção no caso brasileiro é essa capacidade de relacionar numa corrente comum não só pessoas, partidos e grupos, mas também tradições sociais e políticas diferentes. A comunidade norte-americana seria homogênea, igualitária, individualista e exclusiva; no Brasil ela seria heterogênea, desigual, relacional e inclusiva. Num caso, o que conta é o indivíduo e o cidadão; noutro o que vale é a relação. (DaMatta, 1997, p.78)

Depreende-se, portanto, que no Brasil o projeto modernista que vislumbrou uma sociedade igualitária vai de encontro ao costume brasileiro das relações pessoais. Enquanto as sociedades que passaram pela revolução individualista instituíram um código de conduta hegemônico, fundado na ideia de cidadão, as sociedades relacionais têm códigos de comportamento operando simultaneamente. DaMatta (1997) salienta que a sociedade brasileira opera com uma multiplicidade de códigos e eixos de classificação que dão ao sistema um dinamismo peculiar e altamente complexo; o autor conclui: “no fundo é como se a sociedade tivesse várias fontes de cidadania, cada uma básica e todas operando de modo a permitir uma série de compensações sociais” (DaMatta, 1997, p. 89).

Com efeito, essa forma de operação cria uma sociedade com um dinamismo social que à primeira vista parece curioso, atrasado ou ambíguo aos olhares de fora. Podemos dizer que o jeitinho faz parte dessa rede de operações que encontramos na sociedade brasileira. Este mostra ser um instrumento de estratégia social que os membros dessa sociedade utilizam de forma consciente e universal.

Fernanda Carlos Borges (2006), em *A Filosofia do jeito*, destaca que o jeitinho brasileiro se opõe ao ideal do homem moderno, do indivíduo que se apoia na subjetividade radical preservada pela igualdade perante a lei. A autora parte de preceitos filosóficos para analisar o jeitinho como uma força presente na sociedade brasileira que resiste ao modelo social anglo-saxão. Borges (2006) destaca a filosofia da devoração de Oswald de Andrade como teoria que favorece uma certa compreensão das forças culturais das quais, pode-se propor, emerge o jeitinho.

Apesar de Oswald de Andrade não ter se dedicado a estudar diretamente o jeitinho⁵, a sua produção está inserida dentro de um conjunto de obras de vertente culturalista que procurava entender o Brasil através de seus hábitos e costumes. Em 1954, o autor disse ter a impressão de que “aquilo que os cristãos descobridores apontaram como máximo de horror e a máxima depravação, quero falar da antropofagia [...], não passava entretanto de uma concepção da vida e do mundo” (Andrade, 1992, apud Borges, 2006, p.100). O escritor modernista relaciona a antropofagia à disponibilidade para a diferença presente na sociedade brasileira, por meio do que ele chama de vocação para alteridade. Tal vocação, segundo Borges (2006, p.106), “está comprometida com o amor, da qual emergiu a teoria inclusiva que é a filosofia da devoração de Oswald de Andrade, cujo jeitinho é um dos desdobramentos afetivos”.

⁵ Barbosa (2006) ressalta que a expressão *jeitinho brasileiro* não era tão popular na primeira metade do século XX. Essa expressão emergiu com o processo de modernização industrial do Brasil e apareceu pela primeira vez nos meios de comunicação em massa em 1974. A pesquisa elaborada pela autora reuniu referências escritas incluindo *jeitinho*, *dar um jeitinho* e *jeitinho brasileiro* em jornais, revistas, literatura, rádio, televisão, música, e apontou que a frequência dessas expressões aumenta à medida que nos aproximamos da época atual (Barbosa, 2006, p.181).

A alteridade sustenta uma visão de mundo inclusiva, cujas teorias são caracterizadas pela capacidade de conviver com o outro de forma afetiva. Opõe-se, assim, à visão de mundo exclusiva, baseada em teorias reducionistas, em que o outro diferente é visto como um mal em si e precisa ser eliminado ou controlado. Segundo Borges (2006), a diferença básica da cultura antropofágica pensada por Oswald é que, nesta, a diferença é afirmada na sua autonomia:

O inimigo deve ser atacado porque é uma ameaça, mas também deve ser comido, porque tem valor próprio. Claro que a recuperação dessa visão de mundo não significa um retorno ao passado tal como ele foi. Comer o inimigo, hoje, equivale à capacidade de aprender com o diferente. (Borges, 2006, p.117)

Oswald de Andrade desenvolve um olhar em relação à cultura brasileira que vai de encontro a teorias presas a um modelo idealizado europeu ou norte-americano, que parece inalcançável. De acordo com Borges (2006, p.108), “esse modelo de sociedade impede a percepção de forças culturais, epistemológicas e éticas que estão diante do nosso nariz, fazendo com que estejamos com a atenção voltada para um espaço-tempo alheio”.

A visão de homem de Andrade está mais próxima daquela envolvida no jeitinho brasileiro, “da condição humana como corpos no mundo igualmente vulneráveis, [...] suas ideias ajudam a compreender aquilo que, no jeitinho, é um tipo de humanismo tipicamente brasileiro” (Borges, 2006, p.100). Sob essa ótica, o jeitinho não aceita a concepção de igualdade baseada em princípios universais descritos em um sistema legal formal. Ele propõe uma outra concepção de igualdade: “a condição humana determinada pela necessidade das circunstâncias, afetividade, comunicabilidade e humildade” (Borges, 2006, p.116).

As análises de Barbosa (2006) corroboram essa concepção de igualdade invocada pelo jeitinho. Para a autora, no Brasil, a igualdade se apresenta sob formas diferentes do modelo anglo-saxão. Nesse caso, a sociedade brasileira percebe o indivíduo não só como o sujeito normativo das instituições, mas também como sujeito das situações concretas do dia a dia. Barbosa (2006) afirma que essa igualdade moral encontra-se enraizada na ideia de unidade biológica do gênero humano:

Implicitamente, as frases do tipo “*vai virar pó que nem eu*”, “*quando morrer, vai todo mundo para o mesmo lugar*”, “*meu sangue é tão vermelho quando o dele*”, “*gente é tudo igual*” etc. expressam a ideia de que a existência de uma constituição física comum a todos os seres humanos em um destino final idêntico e inexorável para todos conferem-lhes uma *humanidade* no sentido de valor. Justamente a que dá a medida de equivalência de todos entre si. Ao contrário da concepção de igualdade norte-americana, a brasileira se coloca como um fato, como algo dotado de substância, e não apenas e exclusivamente como um direito. (Barbosa, 2006, p.147)

Podemos dizer que duas concepções de igualdade coexistem no contexto social brasileiro: a igualdade como um direito consubstanciado na existência de uma lei universalizante e um direito fundado na equivalência moral, como é o caso do *jeitinho*. Segundo Barbosa (2006, p.148), a adequação desses dois tipos de igualitarismo existentes na sociedade brasileira é dada na nossa prática social e nas nossas representações por um “eixo de necessidades construído para cada situação particular”. Dessa forma, o direito de todos à igualdade é, permanentemente, relativizado pela igualdade de fato entre todos. Nesse contexto, todos têm direito a um tratamento igualitário por parte de um servidor público, ou caixa de banco, mas uma pessoa com um problema pessoal que expõe sua situação poderá ter sua vez antecipada, pois os agentes envolvidos podem compreender seu drama humano, e, quem sabe um dia, estes poderão passar por situação semelhante.

Barbosa (2006) destaca que essa concepção de igualdade como estando em um plano moral explica a prática brasileira de compartilhar experiências pessoais com estranhos. Segundo a autora, “fazer confissões a um ‘estranho’[...] é supor que o interlocutor tem capacidade de entendê-lo e compartilhar de seus sentimentos. Por isso é que peço *jeitinho* a estranhos, expondo-lhe todo o meu drama” (Barbosa, 2006, p.154). Essa relação que se estabelece no Brasil apoia-se numa postura que está ancorada em uma visão de mundo em que a ênfase da sociedade é colocada nas relações entre pessoas, muito mais do que no cumprimento da lei. Oswald de Andrade (1995) chama a atenção para essa concepção de indivíduo brasileiro; para ele:

A vida em sociedade é uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se em si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo cada vez mais à sua parcela social, periférica, que no homem brasileiro tende a ser o que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. (Andrade, 1995 apud Borges, 2006, p.102)

Nota-se que essa postura é diferente das relações presentes em outros contextos, como o europeu e o norte-americano. Para estes, contar algo pessoal a estranhos é expor a si próprio e tornar-se vulnerável em um ambiente caracteristicamente impessoal. Nesse contexto, a privacidade é extremamente valorizada e somente acessível a alguns, em determinados casos, a ninguém. Segundo Barbosa (2006), no Brasil, contar seu problema é forte indicativo de demonstração de confiança; para a autora, “não se espera do indivíduo que se baste a si mesmo; aliás, muito pelo contrário, espera que ele divida suas aflições, pois elas são a expressão concreta dos laços afetivos que devem ligar amigos e parentes” (Barbosa, 2006, p.154).

Essa capacidade de abertura do espaço íntimo do indivíduo em um contexto de característica puramente impessoal parece uma indicação significativa para se pensar o modelo das relações sociais no Brasil, no qual o jeitinho se insere. Como vimos, tal modelo pode ser visto a partir de uma perspectiva positiva ou negativa. Assim, através das representações simbólicas presentes nos dois discursos, podemos observar que o jeitinho é capaz de expor as diferentes formas da sociedade brasileira refletir sobre seu próprio sistema e, por sua vez, sobre sua própria identidade.

2.1.2.

O jeitinho brasileiro como identidade nacional

Identificar o jeitinho brasileiro como um dos elementos formadores da identidade nacional significa dizer que este está presente nas imagens e representações construídas pela própria sociedade brasileira. Podemos dizer que ele faz parte do conjunto de percepções que se formam no interior da sociedade, servindo para nortear as relações entre os seus membros.

DaMatta (1986), quando analisa a formação de uma identidade nacional, pondera, entre outras coisas, o que faz com que um indivíduo se identifique como brasileiro:

Quando eu defini o “brasileiro” como sendo amante de futebol, da música popular, do carnaval, da comida misturada, dos amigos e dos parentes, dos santos e dos orixás etc., usei uma fórmula que me foi fornecida pelo Brasil. O que faz um ser humano realizar-se concretamente como brasileiro é a sua disponibilidade de ser assim. (DaMatta, 1986, p.18)

Segundo Rocha e Corbo (2013), o jeitinho é uma espécie de identidade-símbolo, uma maneira através da qual os brasileiros percebem a si próprios e a sua vida social, que tem a característica de privilegiar aspectos relacionais em detrimento dos institucionais. No texto *O Brasil é cool*, os autores buscam analisar como aspectos da cultura brasileira podem ser apropriados pelo discurso da moda. Nessa análise, examinam-se os mecanismos simbólicos através dos quais uma marca carioca de roupas toma a representação do “jeitinho brasileiro -com sua plasticidade criativa e seus desdobramentos destrutivos - e o transforma em despojamento tranquilo, estilo *cool* contemporâneo e cosmopolita” (Rocha e Corbo, 2013, p.128).

Rocha e Corbo (2013, p.129) destacam que, no contexto dos anos noventa, a marca carioca incorporou o discurso do *Brasil é cool*, fazendo frente à ideia do *american dream*, que, segundo os autores, “era uma espécie de guia de comportamento, indicando um único caminho a ser seguido para a realização dos sonhos”. Os autores ressaltam que a cultura norte-americana pregaria a “importância da vitória, o foco em ser competitivo, melhor e mais forte” (Rocha e Corbo, 2013, p.129). Nesse contexto, não só o que era norte-americano, mas o que era estrangeiro carregava um significado positivo, moderno, inovador. Diante desse processo de desvalorização do que era brasileiro, a marca carioca vai contra a corrente ao afirmar que “o Brasil é *cool*, que o *lifestyle* brasileiro tem muito a falar para o mundo e que o nosso jeito de ser traduz numa mesma experiência um estilo de vida que encanta e conquista” (Rocha e Corbo, 2013, p.129).

Corroborando a noção de equilíbrio de antagonismos de Gilberto Freyre (1933), Rocha e Corbo (2013) afirmam que não podemos entender a cultura

brasileira sem falar em mistura, dilema e ambiguidade. Com isso em mente, de acordo com os autores, a marca carioca assim:

Se utiliza dessa plasticidade brasileira e a transforma em cosmopolitismo, fazendo com que o estilo brasileiro seja uma possibilidade narrativa que pode ser experimentada no sentido da vivência universal, da valorização da diversidade, fragmentação, trânsito em variados espaços sociais, facilidade com a diferença, novos grupos e múltiplos valores. Uma espécie de tradutor privilegiado entre o local e o global - jeitinho brasileiro apropriado no seu melhor sentido. (Rocha e Corbo, 2013, p.135-136)

Segundo Rocha e Corbo (2013, p.136), é isso que afirma o criador da marca:

O brasileiro é cosmopolita. Por isso que talvez seja de Ipanema e do Arpoador, quando eu digo isso aí é São Paulo e Rio juntos, é uma visão universal, do mundo todo, mas com um sabor, que são os brasileiros interessantes. Não é o brasileiro que fica ali, só ali no sambinha. Ele gosta de samba, mas que é legítimo nas coisas do Brasil, ele sabe experimentar as coisas do Brasil, da Europa, de tudo que é lugar.

Sob essa perspectiva, o discurso negativo do jeitinho, que o associa ao atraso e à transgressão, é substituído por um discurso positivo, que o associa à criatividade e à inovação.

Faz-se necessário ressaltar que entendemos identidade não como uma substância, isto é, uma espécie de fundo essencial imutável de um determinado grupo. O conceito de identidade adotado aqui toma por base análises desenvolvidas por Hall (1996) e Bauman (2005), entre outros, que veem a identidade nunca como singulares, mas, “multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (Hall [1996] 2014, p.108).

As identidades são, portanto, construções socioculturais. Elas não possuem caráter substantivo; são categorias que funcionam como um sistema que agrupa uma vasta teia de relações. No caso da identidade nacional, o grupo é formado por membros pertencentes a um país ou a uma nação. Segundo Barbosa (2006, p.163), a identidade nacional é a construção de um tipo mais generalizante das identidades das sociedades nacionais, que “abarca e integra uma série de identidades menores”.

Apesar de o processo de formação de uma identidade ser marcado por sua complexidade, podemos dizer que esta não se forma aleatoriamente, mas obedece a alguns princípios gerais. O primeiro deles seria o contrastivo. De acordo com Hall (1996 [2014]), as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela; portanto, “isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é [...] que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’- pode ser construído” (Hall, 1996 [2014], p.110).

De acordo com o princípio contrastivo, Barbosa (2006) postula que um grupo social ou um indivíduo se define por meio de um processo de comparação de si com os outros grupos do mesmo teor. A autora pondera, contudo, que os contrastes, as oposições, os lugares mutuamente definidos não se encontram numa posição igualitária, ou seja, “os elementos não se apresentam num plano equivalente de valor” (Barbosa, 2006, p.162). Assim, a autora conclui: “os mecanismos de poder e dominação são aspectos fundamentais dessa dinâmica, pois hierarquias econômicas, políticas e simbólicas são constitutivas dessas respectivas atribuições e construções” (Barbosa, 2006, p.162).

No caso da identidade nacional, o contraste, a oposição, ao invés de ser estabelecido no interior da própria sociedade, é transferido para fora dela, “permitindo que as diferenças internas esmaçam em face de uma postura homogeneizante em relação ao exterior” (Barbosa, 2006, p.163). Particularmente no caso do *jeitinho*, Barbosa (2006) assim aborda a questão associada ao conceito de identidade: “Ao *jeitinho brasileiro*, contraponho a falta de jogo de cintura do anglo-saxão, a rigidez do alemão, a sovínice do francês etc.” (Barbosa, 2006, p.165).

A partir de uma análise sobre as imagens das seleções brasileiras nas Copas do Mundo, Rocha (2003) pesquisou como certos aspectos do *jeitinho* se refletem nas representações do futebol na cultura brasileira e como este se difere de outros times. Segundo o autor, as imagens mais lembradas e queridas são aquelas que melhor expressam nosso verdadeiro futebol, baseado em uma genialidade do improvisado e na estética do espontâneo; nessas idealizações, o futebol brasileiro enfatizaria:

A inventividade, o drible, o futebol solto, natural, moleque, rebelde, criativo, no qual o *jeitinho* traduz a genialidade do jogador. Planejamento, organização, treinamento, obediência a esquemas táticos da equipe, comando e o próprio treinador seriam menos importantes do que a “habilidade natural” e o “talento mágico” do brasileiro para o futebol. Nosso estilo de jogar futebol é uma oposição ao que seria a maneira europeia vista como organizada e de força física, algo sem muito valor, pois seria fechado, preso, duro de cintura, esquemático, e planejado. (Rocha, 2003 apud Rocha e Corbo, 2013, p.127)

Nesse caso, para os brasileiros, o futebol de valor seria aquele com características que refletem as imagens e representações que foram construídas no interior da sociedade. Tais características não garantem necessariamente um resultado favorável ao time brasileiro, vide a derrota histórica de 7x1 contra o futebol organizado da Alemanha na Copa do Mundo de 2014. O que queremos destacar aqui, no entanto, é que, independentemente do resultado, os brasileiros privilegiam um estilo de se jogar futebol caracterizado pela criatividade e pela improvisação, que, podemos dizer, se associam ao conceito de *jeitinho*, em detrimento a um estilo prático e esquemático. Sobre essa preferência, Rocha (2003) destaca:

[...] mesmo passadas décadas, a derrotada seleção da Copa de 1982 permanece como um dos mais amados times da nossa história idealizada do futebol. Por outro lado, a seleção campeã mundial em 1994, jogando um futebol focado no esquema tático e na organização em campo não é tão privilegiada. Na mídia esportiva e nas ruas, os discursos mostravam, na época, a insatisfação com aquele futebol jogado em 1994 – pragmático, “fechado” e “retranqueiro”, com mais cara de Europa do que de Brasil. (Rocha, 2003 apud Rocha e Corbo, 2013, p.127)

Vemos, assim, que o conceito de *jeitinho* é constituído, ressignificado e atualizado dentro de uma série de discursos que expressam um conjunto de valores significativos presentes na sociedade brasileira. Tais discursos apresentam esse conceito a partir de uma perspectiva positiva ou de uma perspectiva negativa. Desse modo, o *jeitinho* pode ser representado tanto como um símbolo de desordem institucional, ineficiência e inconformidade com um modelo idealizado anglo-saxão quanto como um símbolo do espírito conciliador, criativo, caloroso e humano da sociedade brasileira, reafirmando, desse modo, a sua característica relacional.

Faz-se necessário ressaltar que, quando nos referimos ao jeitinho brasileiro como elemento de identidade nacional, não implica dizer que este simbolize a totalidade da sociedade brasileira em todas as suas expressões, ou que o jeitinho faz parte da essência brasileira. Em concordância com Barbosa (2006, p. 165-166), essa expressão significa que: “em determinados contextos ele (o jeitinho) sintetiza um conjunto de relações e procedimentos que os brasileiros ‘percebem’ como sendo deles”.

Com efeito, ao nos propormos falar sobre o jeitinho, não pretendemos analisá-lo a partir de uma perspectiva histórica ou socioeconômica, mas buscamos descrever como este conceito é construído no discurso. Neste trabalho, estamos entendendo então o jeitinho como um elemento paradigmático da identidade social brasileira e, portanto, um conceito importante a ser abordado no âmbito do ensino-aprendizagem de português do Brasil como LE/L2.

2.2.

O texto literário no ensino de LE/L2 e a crônica

*Sendo o objeto da literatura a própria condição humana,
aquele que a lê e a compreende se tornará não um especialista em
análise literária, mas um conhecedor do ser humano*

Tzvetan Todorov

A abordagem comunicativa no âmbito do ensino de línguas inspirou e continua inspirando educadores a buscarem materiais considerados autênticos, retirados do contexto cultural nativo da língua-alvo. Desse modo, artigos de jornais, revistas, cardápios, brochuras, vídeos da internet, etc., passam a fazer parte fundamental da preparação de programas de aula e de materiais didáticos.

Nesse trabalho, daremos ênfase à leitura do texto literário no contexto de ensino de LE/L2. O nosso foco recai, acima de tudo, sobre o uso de literatura no ensino de línguas, e não sobre o estudo de literatura; isto é, aqui abordamos a literatura como um recurso no âmbito educativo e não a literatura como o objeto de estudo.

O papel da leitura de textos literários no contexto de ensino-aprendizagem de línguas tem sido destacado por diversos pesquisadores nas últimas décadas (Kramsch, 1993, 2000, 2013; Coelho, 2000; Tosta, 2004; Hanauer, 2001; Cook, 1994; Collie e Slater, 1990, Widdowson, 1981). Em relação ao contexto de ensino de português para estrangeiros, de acordo com levantamento feito para esse trabalho, pudemos perceber que essa abordagem ainda é pouco desenvolvida e divulgada no Brasil.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Textos literários no ensino de português-língua estrangeira (PLE) no Brasil*, Takahashi (2008) constata que poucos cursos de português como segunda língua em universidades brasileiras descrevem a presença de conteúdos com referências literárias. De acordo com sua pesquisa, a autora pontua que a utilização de textos literários no contexto de ensino de português para estrangeiros se dá em casos específicos, por exemplo, “quando o aprendiz demonstra uma certa expectativa em conhecê-los ou, mais raramente, quando é possível abordar tal material – e todos os recursos que ele oferece – em um curso regular com níveis mais avançados” (Takahashi, 2008, p.54). Segundo a autora, parece haver um entendimento de que a leitura de textos literários em sala de aula de português para estrangeiros teria somente a finalidade de aprimorar a língua, e não serviria para o estudo de estruturas comunicativas mais simples.

Para Takahashi (2008, p.56), o pouco desenvolvimento da abordagem envolvendo textos literários no contexto de ensino de português para estrangeiros no Brasil talvez se deva à necessidade que os cursos têm de atender um público irregularmente temporário ou à existência de programas que buscam focar situações interativas do cotidiano em uma “ampla diluição de tópicos linguísticos e gêneros textuais”.

Certamente, a preocupação com gêneros que aparentemente estejam mais próximos às necessidades comunicativas do dia a dia mostra-se compreensível diante da necessidade de o aprendiz adquirir estruturas linguísticas básicas para a interação. No entanto, a literatura não se reduz àqueles textos dotados de estruturas complexas, de característica hermética. Existem textos literários, como

poemas e crônicas, por exemplo, que possuem estruturas de fácil compreensão até mesmo para aprendizes de nível iniciante.

Dentro dos limites desse trabalho, não nos estenderemos no ponto sobre os aspectos cognitivos que envolvem a leitura de textos literários no processo de aprendizagem de uma LE/L2. O que pretendemos desenvolver nessa pesquisa é a incorporação do texto literário no contexto de ensino de português LE/L2, como um meio de acesso ao conhecimento de aspectos culturais da sociedade brasileira.

Como apontado por Kramsch (1993, p.205), muito do conhecimento cultural, na verdade, faz parte de um construto social. Nesse caso, buscamos destacar mais do que o simples acesso ao conhecimento, como esse conhecimento é usado na construção e produção de significados no contexto de interação com os membros da língua/cultura-alvo.

Citando H. Douglas Brown (2000), Tosta (2004, p.114) explica que “aprender não é simplesmente adquirir, obter, reter ou guardar informações, mas também mudar um comportamento”. Desse modo, para o autor, educadores que limitam-se à exposição de conhecimentos, sem propor e viabilizar uma reflexão crítica, estão falhando imensamente no seu papel profissional, pois, nesse caso, dificilmente possibilitarão um crescimento intelectual de seus alunos.

Particularmente em relação à leitura de textos literários no contexto educativo, Tosta (2004, p. 115-116) postula:

Expor alunos à literatura é, conseqüentemente, possibilitar-lhes um contato intenso com um tipo de linguagem singular. Além disso, é apresentar-lhes a uma rica forma de expressão cultural onde estão reveladas, registradas e preservadas as ideias, os costumes, a história e as utopias de um povo. Citando Edgar Morin, Coelho (2000, p.13) propõe que, juntamente com o teatro e o cinema, a literatura é uma “escola de vida”, uma “escola de complexidade humana”, ou seja, uma forma de arte onde “a cultura de cada época se corporifica”[...] Enquanto os textos informativos atêm-se aos fatos particulares, a literatura dá conta da totalidade do real, pois, representando o particular, logra atingir uma significação mais ampla.

De acordo com essa perspectiva, entendemos então que a leitura do texto literário no âmbito do ensino-aprendizagem de LE/L2 pode ajudar o aprendiz a refletir sobre certas formas pelas quais determinados grupos constroem seus

significados. Hanauer (2001, p.392) postula que os grupos culturais desenvolvem gêneros orais e escritos específicos que cumprem funções sociais particulares; desse modo, “aprender uma língua/cultura estrangeira é aprender maneiras específicas de produção de significados”.

O texto literário, assim, apresenta-se como um veículo adequado para um trabalho com base na perspectiva intercultural, pois, conforme Kramsch (1993) registra, ele configura-se como um meio de acesso ao conhecimento dos valores, atitudes, crenças e referências históricas que compõem a memória de um grupo. Nesse caso, “literatura e cultura são inseparáveis” (Kramsch,1993, p.175).

Sob essa ótica, entendemos que a crônica se configura como um meio específico de construção de significados no contexto brasileiro, pois é um gênero literário que no Brasil encontra posturas e feições realmente próprias. Segundo Werneck (2005, p.12), a crônica, em quase todos os países, é um gênero extinto, mas no Brasil é uma espécie em sempre crescente proliferação, podendo ser considerada um gênero tipicamente brasileiro.

Do grego *Chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), o vocábulo crônica designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica (Moisés, 1983, p.245). Esse papel de descrever os fatos reais por meio de sequência temporal alcança destaque com as crônicas medievais, que podiam ser escritas por monges, bispos, clérigos, escolásticos, mercadores e oficiais do governo (Fontoura, 2014, p.127).

Com o passar do tempo, a crônica passa ao jornalismo, sendo um gênero cultivado pelos escritores que fazem parte do jornal para relatar os acontecimentos diários. Os cronistas passam a evidenciar suas posições críticas perante os fatos da vida, ilustrando suas reflexões, inquietações, incertezas e angústias.

No Brasil, a crônica atinge uma característica peculiar: ela é um gênero geralmente veiculado no jornal, mas mescla a narração literária com a opinião sobre um tema real. Segundo Freitas (2004, p.172), a crônica brasileira forma-se a partir de uma espécie de fusão entre dois tipos de texto: o ensaio, do qual retoma uma certa linguagem informal para tratar os assuntos abordados, e o folhetim, do

qual absorve uma dimensão ficcional dos temas e eventos descritos por essa forma literária. De acordo com o autor, essa mescla ratifica a identidade da crônica brasileira como espaço heterogêneo.

O crítico literário Antônio Candido (1992, p.15) aponta que a crônica moderna firmou-se no Brasil nos anos 1930, quando a profissão de jornalista ainda não estava regulamentada e grande parte dos profissionais que atuavam nos jornais era composta por escritores. É nessa fase que surgem nas redações nomes consagrados da literatura brasileira, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga.

Ainda segundo o autor, a partir da segunda metade do século XX a crônica ultrapassa a esfera do jornal e passa a ser publicada em livros com maior regularidade. Autores como Rubem Braga e Paulo Mendes Campos passam a escrever exclusivamente crônicas, fazendo com que esse gênero passe a ter um alcance maior entre os leitores.

Quanto às marcas da crônica, podemos dizer que esse é um gênero de caráter híbrido; sua composição pode ser feita através de diálogos do cotidiano, cenas cômicas e dramáticas, relatos, narrativa, comentários, confissões, sátiras, e paródias. Faz-se necessário destacar, no entanto, que esse é um gênero de difícil definição, pois, como Portella (2014, p.107-108) postula: “a crônica nunca foi um gênero feito, pronto, acabado [...] dispõem de um perfil flexível, nem dogmático, nem canônico. Habita a tênue e inútil fronteira da realidade e ficção”.

Como já mencionado, a crônica é um produto do discurso jornalístico e, ao mesmo tempo, inclui-se entre os gêneros literários: “oscila, pois, entre a reportagem e a Literatura, entre o relato impessoal, frio e desconhecido de um acontecimento trivial, e a recriação do cotidiano por meio da fantasia” (Moisés, 1983, p. 247).

Sobre essa relação entre a crônica e o texto jornalístico, Drummond (1999, p.13) comenta:

(A crônica) surge inesperadamente como um instante de pausa para o leitor fatigado com a frieza da objetividade jornalística. Da extensão limitada, essa pausa se caracteriza exatamente por ir contra as tendências fundamentais do meio em que aparece

[...]. Se a notícia deve ser sempre objetiva e impessoal, a crônica é subjetiva e pessoal. Se a linguagem jornalística deve ser precisa e enxuta, a crônica é impressionista e lírica.

Considerar a crônica como um descanso em meio às notícias do jornal não implica atribuir-lhe uma característica superficial, ou entendê-la como um gênero menor, como muitos críticos literários a descrevem. Em verdade, é por meio dessa linguagem simples, leve, que a crônica pode contribuir para a reflexão e crítica social, alcançando uma grande quantidade de leitores.

Candido (1992) conclui que por meio de sua simplicidade, a crônica ajusta-se à sensibilidade diária, de forma a aprofundar os significados dos temas e aproximar-se mais do leitor. Em todos os cronistas, Candido (1992, p.17-19) vê um traço comum:

[...] deixando de ser comentário mais ou menos argumentativo e expositivo para virar conversa aparentemente fiada, foi como se a crônica pusesse de lado qualquer seriedade nos problemas. [...] É curioso como elas mantêm o ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social. [...] Quero dizer que por serem leves e acessíveis talvez elas comuniquem mais do que um estudo intencional a visão humana do homem na sua vida de todo o dia.

Segundo Portella (2014, p.110), a crônica é uma linguagem diferenciada, “com raro poder de fascinação”. A partir do coloquialismo com o qual se constrói tal gênero, cria-se um diálogo próximo entre o cronista e o leitor, de maneira que o caráter informal junta-se aos elementos poéticos. Talvez seja por essa linguagem alheia a formalidades, que a crônica encontrou campo fértil no contexto brasileiro.

Podemos analisar, assim, a crônica como representação sociocultural brasileira, pois apresenta aspectos da vida real, comuns a todos que compartilham as interações comunicativas no Brasil. O cronista apresenta-se como um ator sensível, capaz de registrar os costumes, as crenças, os valores e as mudanças existentes na sociedade brasileira.

Dessa forma, a crônica mostra-se uma ferramenta valiosa no ensino dos aspectos culturais e linguísticos do português do Brasil. Além disso, no âmbito da sala de aula, inserir tal gênero no aprendizado de português LE/L2 contribui para

o incentivo à leitura de um texto completo ao invés de fragmentos de obras, que, descontextualizados, podem falhar em contribuir para um pensamento crítico e reflexivo do aluno.

3

Pressupostos teóricos e metodologia

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos nos quais nos baseamos para esse trabalho, com o objetivo de abordar a perspectiva intercultural no contexto de ensino de português LE/L2. Nesse caso, ao tratarmos a língua como prática social, mostra-se relevante para a nossa pesquisa a abordagem de teorias que têm como objetos de estudo a cultura, o interculturalismo e a competência intercultural.

Ainda neste capítulo, apresentamos a metodologia utilizada para analisar os aspectos culturais ligados ao conceito de jeitinho nas crônicas escolhidas.

3.1.

Relação língua-cultura

O presente trabalho fundamenta-se na perspectiva social da linguagem, pois entendemos que esta desempenha um papel pilar nas interações sociais: é através da linguagem que os indivíduos interagem no mundo. Não se pode isolar linguagem e meio social, pois cada um determina e é determinado pelo outro. Segundo Bakhtin (1929 [2002]), a linguagem é muito mais do que as palavras que pronunciamos ou escutamos, pois “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin, 1929 [2002, p. 96]).

Afirmarmos a impossibilidade de separação entre linguagem e meio social implica dizer que adotamos uma concepção de língua como prática social, e não como um fenômeno lógico-gramatical. Sob essa ótica, língua e cultura são indissociáveis: a maneira como uma pessoa percebe o mundo é construído social e culturalmente através de expressões de significados que são compartilhados por uma comunidade e negociados entre seus membros.

Admitindo uma perspectiva construcionista, assumimos que o comportamento que percebemos como normal em nossa cultura foi, na verdade, aprendido e herdado. Padrões de pensamento e de comportamento são formados a partir de significados construídos dentro de um dado contexto e tais significados formam a lente através da qual olhamos a vida e pensamos sobre ela. Segundo essa perspectiva, não é a herança biológica do homem que direciona ou modela a ação humana.

Sobre a construção de significados, Bruner (1997) destaca:

Proponho que é a cultura e não a biologia que molda a vida e a mente humanas, que dá significado à ação, situando seus estados intencionais subjacentes em um sistema interpretativo. Ela faz isso impondo os padrões inerentes aos sistemas simbólicos da cultura, sua linguagem e modos de discurso, as formas de explicação lógica e narrativa e os padrões de dependência mútua da vida comum. (Bruner, 1997, p.40)

De acordo com essa visão, é por meio da cultura que aprendemos a utilizar a língua e a “conduzir as transações interpessoais necessárias à vida comunal” (Bruner, 1997, p.40).

Cultura, no entanto, não é um fenômeno simples, de fácil definição. O conceito de cultura em que nos baseamos nesse trabalho encontra suporte na ideia de cultura como uma teia de significados, delineada por Geertz (1989). Para o autor, a cultura é formada por significados contidos em um conjunto de símbolos compartilhados. Seu conceito, assim, é fundamentalmente semiótico. Geertz (1989, p.15) assim define cultura:

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Sob essa ótica, entende-se cultura então como uma estrutura na qual as ações humanas se baseiam. Nesse caso, podemos dizer que os grupos humanos desenvolvem padrões culturais que tornam possível sua existência.

Com efeito, não podemos negar a grande variedade de tais padrões na humanidade. Geertz (1989, p.56) considera que a compreensão do ser humano pode ser encontrada justamente nas particularidades culturais desses grupos.

Sendo assim, do ponto de vista científico, os fenômenos culturais devem ser analisados não a partir das similaridades entre os comportamentos dos diferentes grupos, mas sim a partir da relação que diferentes grupos, com padrões culturais distintos, estabelecem entre si. Resumindo, “precisamos procurar relações sistemáticas entre fenômenos diversos, não identidades substantivas entre fenômenos similares” (Geertz, 1989, p.56).

Essa concepção de cultura traz uma contribuição importante para o estudo da comunicação intercultural, ao dar ênfase à noção de diversidade. Pensar a diversidade significa refletir sobre a diferença, ou seja, significa compreender o outro, considerando suas particularidades e complexidades. De acordo com Bennett (1998, p.2), a comunicação intercultural não pode assumir “a fácil hipótese da similaridade”. O autor explica que pelo fato de as culturas apresentarem grande diversidade em termos de padrão de pensamento e comportamento, a comunicação envolvendo uma situação intercultural deve dar ênfase ao que é diferente e não ao que é similar.

Os estudos interculturais, assim, buscam entender como essas diferenças podem afetar a interação entre grupos sociais. Nesse processo, de acordo com Bennett (1998, p.2), os interculturalistas estudam como a linguagem é modificada através de comportamentos moldados pela cultura, como padrões de pensamento são expressos em estilos particulares de comunicação, e como a realidade é definida e julgada por meio de valores e postulações culturais.

3.1.1.

Cultura objetiva e cultura subjetiva

Bennett (1998) propõe a divisão de dois tipos de manifestação cultural: a cultura objetiva e a cultura subjetiva. A primeira, mais evidente, a qual ele chama de Cultura (com “C” maiúsculo), está relacionada às manifestações visíveis da sociedade, a saber, arte, literatura, música, dança, etc; outros exemplos de cultura objetiva podem incluir sistemas econômicos, políticos e linguísticos. Tal conhecimento, entretanto, não garante uma comunicação eficaz entre indivíduos de culturas diferentes: segundo o autor, pode-se ter muito conhecimento sobre a história, a economia, e até mesmo sobre o sistema linguístico de uma determinada

cultura e mesmo assim não ser capaz de se comunicar eficazmente com seus membros.

O segundo tipo de cultura (com “c” minúsculo), menos óbvia, refere-se aos traços psicológicos que definem um grupo de pessoas - seu modo de pensar e seu comportamento. Bennett (1998, p.2) define a cultura subjetiva como “padrões de crenças, comportamentos e valores compartilhados e aprendidos por grupos de interagentes”.

Essa definição ajuda-nos a entender questões envolvendo a noção de diversidade cultural, tanto no âmbito doméstico como no âmbito internacional. No caso de diferenças entre grupos nacionais, faz-se necessário o uso de modelos de análise que envolvem inevitavelmente um alto grau de abstração: certamente, um país é composto por indivíduos e grupos de indivíduos que apresentam comportamentos e histórias singulares. No entanto, quando atribuímos o adjetivo brasileiro a um indivíduo significa dizer que este se constrói a partir de parâmetros culturais e sociais presentes na sociedade brasileira, que, por sua vez, são diferentes quando comparados à sociedade norte-americana, ou à sociedade francesa.

Bennett (1998, p.4) ressalta que no âmbito da comunicação intercultural é necessário lançar mão de “generalizações culturais”. Estas diferem-se dos estereótipos, que, podemos dizer, se fazem bastante presentes em discussões envolvendo diferenças culturais. De acordo com o autor interculturalista, os estereótipos surgem quando agimos como se todos os membros de uma cultura apresentassem as mesmas características. Com base em estereótipos, pode-se supor que há pleno entendimento entre os participantes de uma interação social, quando, na verdade, isso não ocorre de forma uniforme. Nesse caso, o desconhecimento da cultura do outro ou o pré-conceito são passíveis de gerar desentendimentos e até mesmo conflitos interculturais.

Em relação ao Brasil, Meyer (2013b) postula que são inúmeros os estereótipos através dos quais outros povos iniciam a sua percepção do que seriam o Brasil e os brasileiros. De acordo com a autora, muitos desses estereótipos “foram construídos por nós mesmos (o malandro e a malandragem), muitos foram

forjados à nossa revelia (o Rio de Janeiro como celeiro de bandidos internacionais que se livraram das leis)” (Meyer, 2013b, p.16).

Opondo-se à noção de estereótipo, as generalizações culturais são feitas a partir de pesquisas envolvendo um largo grupo. Um grupo nacional, assim, pode indicar o que Bennett (1998, p.4) chama de “preponderância de crença”. Isso quer dizer que os membros de uma determinada nação pensam e se comportam de acordo como uma tendência geral. Por exemplo, pesquisas elaboradas pelos interculturalistas Hofstede (2010) e Lewis (2006) indicam que os brasileiros se comportam de forma emocional, fazendo prevalecer, assim, as relações pessoais. Ainda segundo os autores, a sociedade norte-americana tende ao individualismo, o que faz com que o princípio da autossuficiência conduza a vida dos membros dessa sociedade.

Faz-se necessário ressaltar que as generalizações não devem assumir um caráter absoluto, como se estas fossem aplicáveis a qualquer membro de uma determinada cultura, ou se tornariam estereótipos. É evidente que nem todos os membros de um grupo se comportam de acordo com a tendência geral; com efeito, podemos encontrar indivíduos que apresentam padrões de comportamento e de pensamento que são proeminentes em uma cultura diferente à sua. Tais indivíduos, contudo, são a minoria; eles representam o que Bennett (1998, p.4) chama de “desviantes”.

Claramente, não podemos negar a existência de diferenças entre grupos nacionais: tais grupos formaram-se a partir de distintos processos históricos que delinearão a forma como se apresentam no presente. Contudo, apesar de não negarem a importância do conhecimento histórico de um dado grupo nacional, os interculturalistas focam seus estudos nos padrões de comportamento que se manifestam no contexto contemporâneo. Tais estudos buscam investigar como esses padrões afetam a comunicação entre as diferentes culturas; nessa investigação, os interculturalistas rejeitam a visão dualista de cultura, na qual dois princípios éticos não podem coexistir. Segundo a visão dualista, ética e moral são preceitos absolutos, ou seja, atuam como regras universais.

De acordo com Bennett (1998, p.18), opondo-se à perspectiva dualista, os interculturalistas sustentam que ações devem ser analisadas dentro do contexto.

Nesse caso, comportamentos de natureza ética ou moral são avaliados a partir de seu contexto cultural; não há, portanto, um comportamento ético universal. A partir de uma perspectiva relativista, os interculturalistas não se valem de princípios moralizantes em suas análises. Isso quer dizer que a investigação das diferenças entre grupos nacionais não inclui preceitos valorativos que estabelecem uma hierarquia moral entre as ações que se fazem presentes em tais grupos.

Rejeitando, assim, uma perspectiva etnocêntrica, podemos dizer que os estudos interculturais buscam promover o diálogo entre as culturas, com base no respeito e na cooperação, favorecendo um contexto em que “diferentes vozes podem ser ouvidas” (Bennett, 1998, p.18).

Sob essa ótica, em uma dimensão intercultural no âmbito do ensino de LE/L2, pretende-se não apenas que os aprendizes sejam bem sucedidos na interação comunicativa mas também que desenvolvam uma relação humanista com indivíduos de culturas diferentes (Byram, 1997, Byram et al., 2002; Gomes de Matos, 2002, 1996). Nesse caso, faz-se necessária a abordagem da cultura subjetiva no âmbito do ensino, pois, além do conhecimento das artes, da dança, da história de um grupo, ou seja, da cultura objetiva, devemos buscar a reflexão e a compreensão dos padrões de pensamento e de comportamento da cultura/língua-alvo.

3.1.2.

A cultura no ensino de L2/LE

A questão envolvendo aspectos culturais no ensino de língua estrangeira ou segunda língua tem sido amplamente discutida nas últimas décadas pela literatura (Laraia, 2006; Viana, 2003; LoBianco, 2002; Byram, 1997; Moita Lopes, 1996; Kramersch, 1993; Canale e Swain, 1980, entre outros). A partir da noção de competência social, delineada por Hymes (1972), entende-se que somente o aprendizado das formas linguísticas de uma língua não garante ao aprendiz a competência comunicativa. Nesse caso, noções como adequação e contexto sociocultural passaram a ser considerados relevantes no âmbito do ensino de línguas.

Depreende-se, portanto, que a cultura não deve ser abordada como uma mera informação transmitida pela língua, vista como independente. Se, ao contrário, entendemos a língua como uma prática social, a cultura passa a ser parte essencial do processo de ensino-aprendizagem de LE/L2 (Kramersch, 1993, p.8).

Kramersch (1993, p.205) pontua que o entendimento do papel da linguagem como prática social implica novas formas de se pensar o ensino de língua e cultura. Dentre essas novas formas de pensamento, a autora destaca a esfera da interculturalidade no âmbito do ensino:

O elo entre formas linguísticas e estrutura social não é algo dado mas sim estabelecido. De forma similar, entender uma cultura estrangeira envolve relacionar tal cultura com a sua própria. Como visto anteriormente no caso da interação social e da interação com textos escritos, o significado é relacional. Assim, por exemplo, uma abordagem intercultural no âmbito do ensino de cultura difere-se radicalmente da noção do ensino como mera transferência de informação entre culturas. Envolve a reflexão tanto sobre a cultura-alvo como a reflexão sobre a cultura nativa⁶. (Kramersch, 1993, p. 205)

O conhecimento cultural, assim, não deve ser visto como algo adquirido passivamente pelo aprendiz de segunda língua ou língua estrangeira. Podemos dizer que este se aproxima de uma cultura estrangeira a partir de uma série de generalizações pré-concebidas que estão ligadas ao entendimento de sua própria cultura assim como ao entendimento da cultura-alvo. Sobre isso, Meyer (2013a, p.55) postula:

Nesse processo, (o aprendiz de L2) não deixa de se apoiar nas suas língua e cultura nativas, única referência identitária conhecida até então; porém, ao mesmo tempo, modifica a sua relação com essa sua origem, por influência das novas significações que a nova língua lhe apresenta.

Desse modo, quando o aprendiz torna-se consciente das diferenças culturais, ele passa a examinar seus próprios valores, comportamentos e visões de mundo. Em consequência, ao conceito de competência comunicativa adiciona-se a

⁶ Tradução da autora desse trabalho: “The link between linguistic forms and social structure is not given, it has to be established. Similarly, understanding a foreign culture requires putting that culture in relation with one’s own. As we have seen for social interactions as well as for the interaction with written texts, meaning is relational. Thus, for example, an intercultural approach to the teaching of culture is radically different from a transfer of information between cultures. It includes a reflection both on the target and on the native culture”.

noção de competência comunicativa intercultural (CCI), que, em termos gerais, se refere à habilidade de um aprendiz de LE/L2 lidar com a sua própria cultura no processo de interação com a cultura do outro.

3.1.3.

Competência comunicativa intercultural

O contato com a diversidade cultural é inerente ao processo de aprendizagem de uma língua estrangeira ou segunda língua. Esse contato gera, inevitavelmente, estranhamentos e pode, muitas vezes, envolver conflitos. Isto ocorre pois, nesse processo, o aprendiz está exposto a diferentes padrões de comportamento e pensamento que o forçam a uma ressignificação de seus próprios valores.

A dimensão intercultural que procuramos ressaltar nesse trabalho diz respeito ao desenvolvimento, no plano educativo, de um ambiente em que se constroem processos de entendimento e cooperação entre os diferentes grupos culturais envolvidos. Pesquisadores que trabalham com o conceito de CCI ressaltam a importância de se prepararem os aprendizes para encontrarem formas apropriadas de interação, de maneira que estes possam construir relações significativas com os falantes da língua/cultura-alvo.

De acordo com modelos desenvolvidos por Deardorff (2006), Byram *et al.*(2002), e Byram (1997), a competência comunicativa intercultural envolve, além da competência sociolinguística⁷, certas atitudes, conhecimentos e habilidades.

Byram (1997) salienta que, como pré-condição para uma interação intercultural bem sucedida, a atitude dos interactantes não pode ser simplesmente positiva, já que até mesmo o pré-conceito positivo pode resultar em mal-entendidos. Byram (1997, p.34) vale-se de palavras como abertura e curiosidade

⁷ Byram (1997) descreve competência sociolinguística como: “a consciência de que as escolhas linguísticas são determinadas por condições como lugar, relação entre os interactantes, intenções comunicativas, etc. [...] a competência sociolinguística envolve a relação entre os sinais linguísticos e o seu contexto situacional” (Byram, 1997, p.48).

para referir-se ao tipo de atitude que o aprendiz de LE/L2 deve ter, pois este precisa estar disposto a desmontar a lente de sua língua e cultura pela qual enxerga a realidade, para (re)construí-la de acordo com os padrões presentes na língua/cultura alvo. O autor sugere ainda que a interação com indivíduos de outra cultura é menos árdua se o aprendiz mostra-se aberto a novas perspectivas e curioso para descobrir novas formas de se pensar o mundo (Byram, 1997, p.35).

Nesse caso, de acordo com Byram *et al.* (2002, p.7), educadores devem guiar seus alunos a refletirem sobre seus próprios padrões de pensamento e comportamento em relação aos padrões do outro. O objetivo é que os aprendizes questionem ideias preconcebidas, por meio do processo de descoberta da outra cultura, e, com isso, tornem-se mais dispostos a construir relações em termos de igualdade. Isso significa que o aprendiz não deve supor que seus valores, crenças e comportamentos sejam naturalmente corretos e os unicamente possíveis. O aprendiz, assim, deve ser capaz de perceber como seus padrões de comportamento e pensamento são percebidos por indivíduos que possuem perspectivas diferentes. Tal capacidade pode ser entendida como a habilidade de “descentralização” (Byram *et al.*, 2002, p.15).

Byram (1997) aponta que o conhecimento trazido por um indivíduo em uma interação intercultural envolve a percepção de aspectos culturais de seu próprio país e a percepção da cultura do país de seu interlocutor. Em termos gerais, o conhecimento em relação à cultura do país de origem é adquirido por meio de socialização, primeiramente no âmbito do contexto familiar, que depois é ampliado para outros contextos sociais. Nesse caso, através de uma socialização formal ou informal, o indivíduo adquire conhecimento sobre os grupos sociais dos quais faz parte e com os quais tem contato.

O conhecimento sobre a cultura do outro é muitas vezes adquirido a partir de narrativas construídas dentro dos contextos sociais do próprio indivíduo. Tais narrativas podem apresentar visões estereotipadas e preconceituosas que são apresentadas por diversos meios, como a educação formal, a mídia, etc. (Byram, 1997, p.36). Nesse caso, é elementar tomar conhecimento sobre os meios pelos quais o indivíduo adquiriu certas crenças, valores e comportamentos, e sobre os meios pelos quais ele se informou sobre a outra cultura. Com esse conhecimento,

o indivíduo pode identificar o prisma pelo qual enxerga o outro e de que forma isso influencia a interação intercultural.

Certamente, ter esse conhecimento, apesar de necessário, não é suficiente; ele precisa ser complementado pelo conhecimento de como agir em circunstâncias específicas. Para isso, o indivíduo precisa apreender e introjetar certos padrões de pensamento e comportamento presentes em determinado grupo cultural.

Além disso, em uma interação intercultural entende-se que os interactantes precisam ser capazes de identificar o surgimento de mal-entendidos e como estes podem ser contornados. Para isso, além da atitude de descentralização, faz-se necessária a habilidade de comparação. Sobre essa habilidade, Byram *et al.*(2002, p.12) pontuam:

Ao juntarem lado a lado ideias, eventos, documentos, originários de duas ou mais culturas, falantes/mediadores interculturais devem avaliar como estes podem ser vistos a partir de uma outra perspectiva, examinando como mal-entendidos podem surgir em relação ao que é falado, escrito ou feito por alguém com uma identidade social diferente. As *habilidades de comparação, interpretação e relação* são, assim, cruciais⁸.

Os autores ressaltam que buscar tais habilidades tem como objetivo identificar efeitos insidiosos e inconscientes que surgem quando se parte de uma perspectiva etnocêntrica. Um falante que adquire competência comunicativa intercultural, assim, será capaz de identificar problemas na interação entre indivíduos que, mesmo competentes linguisticamente, se apoiam em visões etnocêntricas. Nesse caso, tal falante pode apontar as pressuposições presentes em certas declarações, contribuindo para mitigar desentendimentos que surjam na interação intercultural.

Abaixo, elaboramos um resumo dos elementos relacionados à CCI, adaptado do modelo delineado por Deardorff (2006, p.256):

⁸ Tradução da autora desse trabalho: “By putting ideas, events, documents from two or more cultures side by side and seeing how each might look from the other perspective, intercultural speakers/mediators can see how people might misunderstand what is said or written or done by someone with a different social identity. The *skills of comparison, of interpreting and relating*, are therefore crucial”.



Com efeito, mesmo que o aprendiz de LE/L2 seja aberto a diferentes perspectivas e tolerante em relação à cultura subjetiva do outro, seus próprios valores e crenças podem ir de encontro a padrões presentes no contexto social estrangeiro, causando, assim, momentos de reação e rejeição. Nesse caso, o falante intercultural precisa estar consciente disso e entender como seus próprios valores influenciam sua visão em relação aos valores do outro.

Faz-se necessário ressaltar que o papel do professor de L2/LE não é o de tentar mudar os valores dos aprendizes, mas sim deixá-los explícitos e conscientes quando percebe uma reação aos valores do outro. De acordo com Byram *et al.* (2002, p.13), o papel fundamental do educador é o de reconhecer que o respeito pela igualdade de direitos humanos é fundamento basilar para uma interação social.

A partir de uma perspectiva intercultural, podemos dizer então que o professor de L2/LE deve buscar desenvolver nos aprendizes uma consciência cultural crítica, levando em consideração os padrões de pensamento e comportamento presentes tanto no contexto social do próprio aprendiz como no contexto social da língua/cultura-alvo.

3.2. Metodologia

O presente trabalho propõe um estudo sobre o jeitinho brasileiro a partir da análise de três crônicas nacionais, sob a perspectiva da semiótica discursiva, desenvolvida por Greimas (1979) e explicada por Fiorin (2016a, 2016b). Utilizamos a teoria geral do sentido, elaborada por Greimas (1979), como metodologia de análise dos textos literários, pois esta concebe o texto como simulacro da vida real, uma vez que neles são representados sujeitos, fatos, objetos, valores que retratam o mundo.

De acordo com Barros (2005), a semiótica tem por objeto o texto, e não a palavra ou a frase; ela procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz. A autora assim entende o texto:

[...] o texto é entendido como objeto de significação e objeto de comunicação. A teoria semiótica, antes tida como aquela que se dedica à análise interna ou estrutural do texto, tem procurado conciliar os processos de organização textual e ao mesmo tempo os mecanismos de enunciação e recepção dos textos, os quais constituem respectivamente às análises “interna” e “externa” do texto. (Barros, 2005, p.12)

Fiorin e Savioli (2003) destacam que todo texto é um pronunciamento sobre uma dada realidade. Segundo os autores, no texto, o produtor trabalha com as ideias de seu tempo e da sociedade em que vive; “com efeito, as concepções, as ideias, os valores, as crenças não são tirados do nada, mas surgem das condições de existência” (Fiorin e Savioli, 2003, p.27).

Para a análise do texto, a semiótica discursiva adota um modelo chamado percurso gerativo do sentido. Segundo Fiorin (2016a, p.20), esse percurso “é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo”.

Nesse trajeto metodológico, a semiótica oferece recursos para a análise dos enredos narrativos e para a compreensão dos efeitos produzidos pela enunciação. Esse percurso é responsável por conduzir o leitor à compreensão global do texto

analisado. De acordo com a semiótica greimasiana, os três níveis do percurso são o profundo (ou fundamental), o narrativo e o *discursivo* (grifo nosso). Fiorin (2016a, p.20) assim elabora o quadro desse percurso:

		Componente Sintático	Componente Semântico
Estruturas Semionarrativas	Nível profundo	Sintaxe fundamental	Semântica fundamental
	Nível de superfície	Sintaxe narrativa	Semântica narrativa
Estruturas discursivas	Sintaxe discursiva Discursivização (actorialização, temporalização, espacialização)		Semântica discursiva Tematização Figurativização

Segundo Fiorin (2016a), em cada um desses níveis existe um componente sintático e um componente semântico, sendo que o primeiro é responsável pela materialidade do segundo. Fiorin (2016a, p.44) postula:

Esse modelo mostra aquilo que sabemos de forma intuitiva: que o sentido do texto não é redutível à soma dos sentidos das palavras que o compõem nem dos enunciados em que os vocábulos se encadeiam, mas que decorre de uma articulação dos elementos que o formam – que existem uma sintaxe e uma semântica do discurso.

Dentro do escopo de nosso trabalho, buscamos analisar como se constroem os sentidos dos textos escolhidos, no nível *discursivo*. Segundo Barros (2005, p.53), “as estruturas discursivas são as mais específicas, mas também as mais complexas e mais enriquecidas semanticamente, que as estruturas narrativas e fundamentais”. Fiorin (2016a, p.41) define que é no nível discursivo que:

[...] as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhes dão concretude. Assim, a conjunção com a riqueza aparecerá no nível discursivo como roubo de joias, entrada na posse de uma herança, descoberta de uma mina de ouro, aplicação bem sucedida na Bolsa de Valores, recebimento de um grande prêmio de uma loteria, etc.

Fiorin (2007) ressalta que é nas estruturas discursivas que a enunciação mais se revela e onde mais facilmente se apreendem os valores sobre os quais ou para os quais o texto foi construído. A semiótica entende a enunciação como o ato produtor do enunciado. Sendo assim, o enunciado é resultado da enunciação, considerada uma instância de mediação, “que propicia a discursivação das virtualidades linguísticas, as da língua em sentido estrito e as do discurso. A enunciação agencia a passagem das virtualidades linguísticas e discursivas para as estruturas realizadas” (Greimas; Cortês, 1979 apud Fiorin, 2007, p.25).

Fiorin (2016a) destaca que, como se produz um enunciado para comunicá-lo a alguém, o enunciador realiza um fazer persuasivo, isto é, busca fazer com que o enunciatário aceite o que ele diz, enquanto o enunciatário realiza um fazer interpretativo. Faz-se necessário ressaltar que o enunciador e o enunciatário, autor e leitor respectivamente, não são o autor e o leitor reais, de carne osso, mas o autor e o leitor implícitos, ou seja, “uma imagem do autor e do leitor construída pelo texto” (Fiorin, 2016a, p.56).

Com efeito, mesmo quando os elementos da enunciação não aparecem no enunciado, a enunciação existe, uma vez que nenhuma frase se enuncia sozinha. Em relação aos sujeitos da enunciação, Fiorin, (2016a, p.56) postula:

[...] é preciso distinguir duas instâncias: o *eu* pressuposto e o *eu* projetado no interior do enunciado. Teoricamente, essas duas instâncias não se confundem: a do *eu* pressuposto é a do enunciador e a do *eu* projetado no interior do enunciado é a do narrador. Como a cada *eu* corresponde a um *tu*, há um *tu* pressuposto, o enunciatário, e um *tu* projetado no interior do enunciado, o narratário. Além disso, o narrador pode dar a palavra a personagens, que falam em discurso direto, instaurando-se então como *eu* e estabelecendo aqueles com quem falam como *tu*. Nesse nível, temos o interlocutor e o interlocutário.

Partindo das afirmações de Fiorin (2016a) transcritas acima, caracterizamos os enunciadores das crônicas escolhidas para esse trabalho como

responsáveis pela enunciação linguística, isto é, ao mesmo tempo em que são fonte do ponto de vista acionado, também são os sujeitos que organizam o dizer no texto. Nesse caso, os enunciadores das crônicas também podem ser caracterizados como narradores. Valendo-se de postulações de Genette (1972), Fiorin (2016b) aponta cinco funções do narrador: a narrativa propriamente dita, a de direção, a de comunicação, a de atestação ideológica. O autor assim descreve tais funções:

A função narrativa propriamente dita é a de relatar a história. A função de direção é aquela em que, por um discurso metanarrativo, o narrador marca as articulações, as conexões, as inter-relações, em síntese, a organização interna do texto narrativo. [...] A função de comunicação reside numa orientação para o narratário, quando o narrador conversa com ele, imagina suas reações, etc. [...] A função de atestação é aquela que fala da relação afetiva, moral ou intelectual do narrador com a história. Pode ter um papel de simples testemunho, quando o narrador indica a fonte donde retira as informações, o grau de precisão de suas lembranças ou sentimentos que nele desperta um dado episódio. [...] A última função é a ideológica, aquela em que o narrador comenta a ação, avalia-a do ponto de vista de uma visão de mundo. (Fiorin, 2016b, p.93-94)

Podemos dizer, assim, que as concepções de enunciador e narrador de acordo com a semiótica discursiva atendem adequadamente ao nosso interesse de caracterizar os sujeitos das ações presentes nas crônicas escolhidas.

3.2.1. Temas e Figuras

Sobre figuras e temas, Fiorin (2016a, p.91) comenta:

A figura é o termo que remete a algo existente no mundo natural: árvore, vagalume, sol, correr, brincar, vermelho, quente, etc. Assim, a figura é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural. Considerar gradual a oposição concreto/abstrato permite aplicar essa categoria a todas as palavras lexicais e não apenas aos substantivos como sempre fez a gramática. [...] Tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural. Temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural: elegância, vergonha, raciocinar, calculista, orgulhoso, etc.

Conforme o mesmo autor, “dependendo do grau de concretude dos elementos semânticos que revestem os esquemas narrativos, há dois tipos de texto: os figurativos e os temáticos” (Fiorin, 2016a, p.91). Podemos dizer que os primeiros criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro da realidade, representando, dessa forma, o mundo. Já os segundos procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade, estabelecendo relações de dependência.

Para Fiorin (2016a), os discursos figurativos têm uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa. Faz-se necessário salientar que, quando se fala em textos figurativos e temáticos, fala-se, respectivamente, em textos predominantemente, e não exclusivamente, figurativos e temáticos. Com efeito, nenhum texto é totalmente figurativo, pois, aparecem algumas figuras nos textos temáticos, e nenhum texto é totalmente temático, pois aparecem figuras nestes.

Conforme ressalta Fiorin (2016a), é necessário que na leitura de um texto, encontremos os temas subjacentes que dão sentido às figuras. Certamente, não é com o significado de uma figura isolada que chegamos até o tema. Como o objetivo de nossa análise é o texto, e não enunciados isolados, podemos verificar que as figuras estabelecem entre si relações, formando uma rede, como aponta Fiorin (2016a, p.97):

Devemos ter sempre presente que o texto quer dizer tecido. O que interessa, pois, na análise textual é esse encadeamento de figuras, esse tecido figurativo. Ler um texto não é aprender figuras isoladas, mas perceber relações entre elas, avaliando a trama que constituem. A esse encadeamento de figuras, a essa rede relacional reserva-se o nome de percurso figurativo. No texto verbal, um conjunto de figuras lexemáticas relacionadas compõem um percurso figurativo.

Segundo Fiorin (2016a), o que garante a apreensão dos temas por trás das figuras é exatamente a coerência da rede de figuras do texto, fruto da relação solidária que elas mantêm entre si. Assim, “não pode aparecer a figura da ‘neve’ num percurso que figurativize o tema da ‘vida nos trópicos’”(Fiorin, 2016a, p.99).

A um encadeamento de temas reserva-se o nome de percurso temático. Segundo Fiorin (2016a), um conjunto de lexemas abstratos, que manifesta um

tema mais geral, constitui, num texto verbal, um percurso temático. O autor acrescenta que da mesma forma que os percursos figurativos, os percursos temáticos devem manter uma coerência interna; desse modo, “não cabe, por exemplo, no percurso temático do amargor do exílio, colocar o tema das delícias da vida num país estrangeiro” (Fiorin, 2016a, p.105).

Depreende-se, portanto, que para a análise de um texto não interessam a figura ou o tema isolados. Com base nas considerações de Fiorin (2016a), para achar o tema que dá sentido às figuras ou o tema geral que unifica os temas disseminados em um discurso temático, é preciso apreender os encadeamentos das figuras ou dos temas, ou seja, os percursos figurativos ou temáticos.

3.2.2.

A escolha das crônicas

No processo de escolha das crônicas que compõem o corpus desse trabalho, localizamos textos que relatavam, de forma explícita ou não, o conceito de jeitinho. Nessa escolha, privilegiamos autores renomados, já consagrados pela qualidade de suas obras e pela grande receptividade perante os leitores brasileiros. Entendemos que essa relação autor-leitor é um importante indicativo de que a linguagem usada alcança uma vasta gama de brasileiros, que se identificam com os aspectos culturais e estéticos presentes nas crônicas.

Em relação ao conteúdo das crônicas, privilegiamos um discurso que apresentasse o jeitinho a partir das práticas sociais presentes no interior da sociedade brasileira, sem que, nesse discurso, estabelecessem juízos de valor em relação a tais práticas. Nessa escolha, evitamos um discurso que condena esse tipo de navegação social brasileira, partindo de princípios moralizantes de análise e com base em um modelo idealizado de sociedade. Dessa forma, buscamos evitar os lugares-comuns que reforçam a imagem do brasileiro malandro, que só quer se dar bem, como explicitado na lei de Gérson (Cf. p.10).

Apresentamos abaixo algumas considerações a respeito das crônicas escolhidas, assim como também uma pequena biografia de seus autores:

- *Dar um jeitinho* – Publicada na revista *Manchete* em 21 de março de 1964 pelo cronista, poeta e tradutor Paulo Mendes Campos. Campos nasceu em 28 de fevereiro de 1922, em Belo Horizonte (MG), filho do médico e escritor Mário Mendes Campos e de Maria José Lima Campos. Paulo Mendes Campos começou de fato a carreira de cronista no *Diário Carioca* e no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, para onde se mudou em 1945 e onde voltaria a conviver com os amigos mineiros, que também se mudariam para a então capital do Brasil. Em ritmo de trabalho intenso, foi, naquela década de 1950, cronista do *Jornal do Brasil* e da revista semanal *Manchete*. Em 1958, com a publicação do segundo livro de poemas, *O domingo azul do mar*, que reúne também *A palavra escrita*, veio o reconhecimento como poeta, a que se somaria ainda o do tradutor de Shakespeare e Oscar Wilde, entre muitos outros. Foi ainda roteirista de documentários para a televisão, assinando o texto do teleteatro *Poema barroco*, sobre a vida do escultor mineiro Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho⁹.
- *A moça deitada na grama* – Publicada em 1987, faz parte da coletânea de crônicas organizada pelo autor, Carlos Drummond de Andrade, em um livro do mesmo nome. Poeta, contista e cronista brasileiro, Carlos Drummond de Andrade é considerado por muitos o mais influente poeta brasileiro do século XX. Drummond foi um dos principais poetas da segunda geração do Modernismo brasileiro. Como os modernistas, segue a libertação proposta por Mário e Oswald de Andrade; com a instituição do verso livre, mostrando que este não depende de um metro fixo. Se dividirmos o modernismo numa corrente mais lírica e subjetiva e outra mais objetiva e concreta, Drummond faria parte da segunda, ao lado do próprio Oswald de Andrade. Ao longo de extensa e profícua carreira literária, Carlos Drummond de Andrade escreveu muito, influenciando de modo decisivo a cultura brasileira com estilo peculiar de observá-la e refleti-la, não apenas através da inegável importância da obra poética,

⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/paulo-mendes-campos>> Acesso em: 18 mar. 2017.

mas, sobretudo, através de admirável produção em prosa, particularmente de textos publicados na imprensa brasileira com artigos, crônicas e ensaios¹⁰.

- *A estética da gambiarra* – publicada em 10 de agosto de 2016 na seção Opinião, do jornal *O Globo*, por Zuenir Ventura. Essa crônica ressalta a forma como a cerimônia de abertura das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016 foi apresentada na mídia nacional e internacional. Jornalista e escritor, Zuenir Ventura, mineiro, nascido em Além Paraíba, tomou posse em 2014 na Academia Brasileira de Letras (ABL). O mineiro ocupa agora a Cadeira 32, que antes pertencia ao dramaturgo, poeta e romancista Ariano Suassuna. O mais novo imortal da ABL é colunista do jornal *O Globo* e já trabalhou em veículos de imprensa como o “Jornal do Brasil”, “O Cruzeiro” e “Veja”. Zuenir Ventura ganhou os prêmios Esso e Vladimir Herzog em 1989, pela série de reportagens investigativas sobre o assassinato de Chico Mendes, que resultaram no livro “Chico Mendes — Crime e castigo” (2003). Com seu livro mais recente, “Sagrada Família”, foi finalista do Prêmio Jabuti em 2013. No livro “Crônicas de Um Fim de Século”, Zuenir Ventura reúne textos publicados originalmente no *Jornal do Brasil*, *O Globo* e na revista *Época*, entre 1995 e 1999¹¹.

É ainda relevante informar que este trabalho segue as normas de organização e editoração da PUC-Rio, apresentadas no manual *Normas para apresentação de teses e dissertações*, mencionadas nas referências deste trabalho.

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://www.avozdapoesia.com.br/autores.php?poeta_id=234> Acesso em: 18 mar. 2017.

¹¹ Informações disponíveis em < <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/zuenir-ventura-toma-posse-hoje-na-academia-brasileira-de-letras-15515050>> Acesso em: 18 mar. 2017.

4

Análise de dados

4.1.

Crônica 1

Dar um jeitinho

Escrevi na semana passada que há duas constantes na maneira de ser do brasileiro: a capacidade de adiar e a capacidade de dar um jeito. Citei um livro francês sobre o Brasil, no qual o autor dizia que só existe uma palavra importante entre os brasileiros: amanhã.

05 Pois fui ler também o livro *Brazilian Adventure*, de 1933, do inglês Peter Fleming, Marido da atriz Célia Johnsonm, integrante da comitiva que andou por aqui há anos em busca do coronel Fawcett. No capítulo dedicado ao Rio, sem dúvida a capital do amanhã, achei este pedaço: “A procrastinação por princípio-a procrastinação pela própria procrastinação - foi uma coisa com a qual aprendi depressa a contar. Aprendi a necessidade de resignação, a psicologia da resignação: tudo, menos a resignação em si mesma. No fim extremo, contrariando o meu mais justo aviso, sabendo a futilidade disso, continuei a engambelar, a insultar, a ameaçar, a subordinar os procrastinadores, tentando diminuir a demora. Nunca me valeu de nada. Não e possível evitá-la. Não há nada a fazer contra isso”.

15 Não é verdade: há uma forma de vencer a interminável procrastinação brasileira: é dar um jeitinho. O inglês apelou para a ignorância, a sedução, o suborno. Mas o jeito era dar um jeito.

Dar um jeito é outra disposição cem por cento nacional, inencontrável em qualquer outra parte do mundo. Dar um jeito é um talento brasileiro, coisa que a pessoa de
20 fora não pode entender ou praticar, a não ser depois de viver 10 anos entre nós, bebendo cachaça conosco, adorando feijoada, e jogando no bicho. É preciso ser bem brasileiro para se ter o ânimo e a graça de dar um jeitinho numa situação inajeitável. Em vez de cantar o Hino Nacional, a meu ver, o candidato à naturalização deveria passar por uma prova: dar um jeitinho numa situação moderadamente
25 enrolada.

Mas chegou a minha vez de dar um jeito nesta crônica: há vários anos andou por aqui uma repórter alemã que tive o prazer de conhecer. Tendo de realizar algumas incursões jornalísticas pelo país, a moça frequentemente expunha problemas de Ordem prática a confrades brasileiros. Reparou logo, espantada, que os nossos
30 jornalistas reagem sempre do mesmo modo aos galhos que ela apresentava: vamos dar um jeito. E o sujeito pegava o telefone, falava com uma porção de gente, e dava um jeito. Sempre dava um jeito.

Mas, afinal o que era dar um jeito? Na Alemanha não tem disso, não; lá a coisa pode ser ou não poder ser. Tentei explicar-lhe, sem sucesso, a teoria fundamental
35 de dar um jeito, ciência que, se difundida a tempo na Europa, teria evitado duas guerras carniceras. A jovem alemã começou a fazer tantas perguntas esclarecedo-

ras, que resolvi passar à aula prática. Entramos na casa comercial dum amigo meu, comerciante cem por cento, relacionado apenas com seus negócios e fregueses, homem de passar o dia todo e as primeiras horas da noite dentro da loja. Pessoa
40 inadequada, portanto para resolver a questão que forjei no momento de parceria com a jornalista.

Apresentei ele a ela e fui contando a mentira: o pai da moça morava na Alemanha Oriental; tinha fugido para a Alemanha Ocidental; pretendia no momento retornar à Alemanha Oriental, mas temia ser preso; era preciso evitar que o pai
45 da moça fosse preso. Que se podia fazer?

Meu amigo comerciante ouviu tudo atento, sem o menor sinal de surpresa, metido logo no seu papel de mediador, como se fosse o próprio secretário das Nações Unidas. Qual! O próprio secretário das Nações Unidas não teria escutado a conversa com tão extraordinária naturalidade. A par do estranho problema, meu amigo
50 deu um olhar compreensivo para a jornalista, olhou para mim, depois para o teto, tirou uma fumaça no cigarro e disse gravemente: “O negócio é meio difícil...é... esta é meio complicada....Mas, vamos ver se a gente dá um jeito”.

Puxou uma caderneta do bolso, percorreu-lhe as páginas, e murmurou com a mais comovente seriedade: “Deixa-me ver antes de tudo quem eu conheço que se dê
55 com o Ministro das Relações Exteriores.”

A jornalista alemã ficou boquiaberta.

Essa crônica foi selecionada, pois o conceito de jeitinho é construído como tema principal do texto. Tal conceito é visto como uma habilidade do brasileiro em lidar com situações complicadas, de difícil resolução. Usam-se, assim, as locuções dar um jeito e dar um jeitinho, para descrever essa capacidade encontrada na sociedade brasileira.

O enunciador narrador emprega um discurso em primeira pessoa, projetando o *eu* no enunciado. Cria-se, assim, um efeito de subjetividade, em que o enunciador narrador simula um processo comunicativo de conversa familiar entre ele e o leitor da crônica.

Ao iniciar o texto com a afirmação “*Escrevi na semana passada*”, o enunciador narrador dialoga com o leitor implícito do texto, que, presumidamente, lê as crônicas da revista semanalmente. Fiorin (2016b) ressalta que o autor e o leitor reais pertencem não ao texto, mas ao mundo; já o autor e o leitor implícitos pertencem ao texto. Recorrendo às palavras de Adam (1985), Fiorin (2016b) registra que o leitor abstrato:

é esse leitor ideal, implícito, que o texto programa, com a qual o escritor (a instância produtora no curso de sua escritura) dialogou ao longo de sua atividade de escritura. Trata-se de uma imagem do destinatário pressuposto, de um leitor que acederia ao(s) sentido(s) da obra. (Adam, 1985 apud Fiorin, 2016b, p.54)

Conforme destaca Fiorin (2016b), o texto constrói um tipo de leitor chamado a participar de seus valores. Em relação às marcas valorativas na crônica analisada, depreende-se que o jeitinho no texto é construído positivamente, pois os termos inscritos para descrevê-lo possuem um conteúdo positivo: “*Dar um jeito é um talento brasileiro*” (L.19); “*É preciso ser bem brasileiro para se ter o ânimo e a graça de dar um jeitinho*”(L.21-22).

O jeitinho, assim, é construído no texto a partir de uma perspectiva positiva e é entendido como uma característica particular do brasileiro. Já nas primeiras linhas, o enunciador narrador afirma: “*há duas constantes na maneira de ser do brasileiro: a capacidade de adiar e a capacidade de dar um jeito*” (L.01-02). O lexema “capacidade” é empregado com o sentido de aptidão, inclinação, que o brasileiro tem de procrastinar e de ser habilidoso em uma situação problemática, isto é, de ter a vocação para o jeitinho.

Em relação ao tema procrastinação, presente no texto, o enunciador narrador cita dois livros, um escrito por um autor francês e outro por um autor inglês, com a intenção de exemplificar a constatação dessa capacidade brasileira.

De acordo com Fiorin e Savioli (2003, p.20), um texto cita o outro com, basicamente, duas finalidades distintas: “a) pra reafirmar alguns dos sentidos do texto citado; b) para inverter, contestar e deformar alguns dos sentidos do texto citado; para polemizar com ele”. No que se refere à citação do livro do autor francês, o enunciador narrador recorre ao discurso indireto, repetindo a citação que empregara na crônica da semana anterior. Nesse caso, reafirma a ideia da aptidão do brasileiro para procrastinação: “*Citei um livro francês sobre o Brasil, no qual o autor dizia que só existe uma palavra importante entre os brasileiros: amanhã*” (L.02-04).

O lexema “amanhã” aqui é usado com valor substantivo, para referir-se ao argumento de que os brasileiros tendem a deixar tudo para amanhã, ou seja, para um tempo futuro; isto é, tendem a procrastinar. O enunciador narrador repete esse

lexema, ao referir-se ao Rio de Janeiro como “*capital do amanhã*” (L.08). Desse modo, cria-se um efeito de sentido que atribui ao Rio, o lugar onde essa capacidade brasileira mais se manifestaria.

Em relação à citação do livro do autor inglês, é empregado um discurso direto, no qual o locutor¹² descreve sua experiência no Rio de Janeiro. Nesse discurso, este narra a dificuldade de lidar com a “*procrastinação por princípio*” (L.08) do brasileiro; tenta de várias maneiras, mas não consegue mudar tal comportamento: “*continuei a engambelar, a insultar, a ameaçar, a subordinar os procrastinadores [...] Nunca me valeu de nada. Não é possível evitá-la. Não há nada a fazer contra isso*” (L.12-14).

O narrador dá voz a esse outro actante do enunciado, por um lado, com a finalidade de reafirmar a capacidade de adiar do brasileiro, por outro, para contestar uma de suas assertivas - a de que não há nada que se possa fazer contra a procrastinação brasileira. Nesse caso, o enunciador narrador dialoga com o locutor: “*Não é verdade: há uma forma de vencer a interminável procrastinação brasileira: é dar um jeitinho*” (L.15-16).

A partir dessa afirmação no texto, o jeitinho será tematizado como “*disposição cem por cento nacional*” (L.18), isto é, um elemento intrínseco à configuração brasileira. Como mencionado anteriormente, essa disposição nacional é construída no texto sob ótica favorável. Um conjunto de lexemas concretos e abstratos presentes na crônica manifesta o tema geral do texto: o jeitinho como qualidade particular brasileira, “*inencontrável em qualquer outra parte do mundo*” (L.18-19).

Vimos que o jeitinho apresenta diferentes formas de representação no discurso. Com efeito, este não é um conceito de contornos bem definidos. Podemos dizer que a aplicação do jeitinho é dado na prática social brasileira, “por um eixo de necessidades construído para cada situação particular” (Barbosa, 2006, p.148). De acordo com essa perspectiva, o enunciador narrador afirma que, sendo

¹² Utilizamos aqui a nomenclatura apresentada por Fiorin (2016b). Para o autor, o locutor é a voz de outrem que ressoa num enunciado de um narrador ou de um interlocutor. Assim, “o locutor é a fonte enunciativa responsável por um dado enunciado incorporado no enunciado de outrem” (Fiorin, 2016b, p.61).

o jeitinho um “*talento*” brasileiro, uma “*pessoa de fora não pode entender ou praticar*” (L.19-29); ou seja, um estrangeiro alheio à mecânica do sistema pode ficar desorientado quando em contato com essa instituição social. Nesse caso, seria preciso estar inserido nas práticas coletivas presentes na sociedade brasileira, para reconhecer e lançar mão desse recurso.

Admitindo, assim, a ideia de que só se entende o jeitinho por meio de práticas sociais brasileiras, as figuras utilizadas pelo enunciador narrador para caracterizar tais práticas representam costumes presentes no cotidiano do país. Desse modo, o enunciador narrador argumenta que, para se entender e praticar o jeitinho, seria preciso: “*viver 10 anos entre nós, bebendo cachaça conosco, adorando feijoada, e jogando no bicho*” (L.20-21). No seu fazer persuasivo, o enunciador narrador continua a crônica, reafirmando a declaração anterior: “*É preciso ser bem brasileiro para se ter o ânimo e a graça de dar um jeitinho numa situação inajeitável*” (L.21-23).

O enunciador narrador parte de uma perspectiva de dentro das práticas brasileiras, projetando no enunciado o espaço de onde fala. Desse modo, usa o dêitico espacial aqui, para referir-se ao Brasil: “*comitiva que andou por aqui*” (L.06); “*Há vários anos passou por aqui*” (L.26-27). Inclui-se na categoria brasileiro, utilizando as marcas linguísticas “*entre nós*” e “*conosco*” (L.20-21); “*nossos jornalistas*” (L.29).

Na condição de brasileiro, o enunciador narrador faz afirmações sobre a maneira de ser do brasileiro, tece comparações com o lugar estrangeiro, e até mesmo faz sugestão em relação a procedimentos legais de imigração: “*Em vez de cantar o Hino Nacional, a meu ver, o candidato à naturalização deveria passar por uma prova: dar um jeitinho numa situação moderadamente enrolada*” (L. 23-25).

Podemos dizer que um componente relevante na constituição do discurso da crônica é o humor. Vimos que o enunciador narrador utiliza desse recurso, visando a levar o leitor a admitir como válido o sentido produzido. Conforme destaca Fiorin (2016a, p.75):

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite.

Desse modo, o enunciador narrador, numa perspectiva reflexiva, utiliza o humor para revelar um olhar sobre o mundo, isto é, o reconhecimento de que o jeitinho é parte da configuração identitária brasileira. Recorre a um neologismo: “*inajeitável*”, dando um jeito na palavra que não reconhece a forma adjetiva, e diz que o candidato à naturalização deve “*dar um jeitinho*” numa situação complicada. Após essa sugestão, o enunciador narrador declara: “*Mas chegou a minha vez de dar um jeito nessa crônica*” (L.26). Ora, a crônica, como um gênero escrito, não precisaria, em princípio, de um jeito. Temos, assim, o humor, como recurso para chamar a atenção do leitor pra o seguimento da crônica, que passa à narração de uma situação prática envolvendo o jeitinho.

Nesse processo persuasivo, o enunciador narrador vai utilizar o procedimento da ilustração para comprovar a afirmação geral de que o jeitinho é uma instituição nacional. Conforme Fiorin (2016a) salienta, os argumentos por ilustração são necessários quando a ideia a ser defendida carece de esclarecimentos com dados práticos da realidade. Nesse caso, ilustra-se uma situação, um problema, um assunto, ou usam-se exemplos pertinentes à ideia exposta.

O enunciador narrador, assim, relata a história de uma jornalista alemã que esteve no Brasil, e reparou “*espantada*” a atitude dos jornalistas brasileiros. Estes reagiam sempre do mesmo modo aos problemas que apareciam, isto é, sempre “*davam um jeito*”. O narrador delega a palavra à jornalista por meio de um discurso indireto livre: “*E o sujeito pegava o telefone, falava com uma porção de gente, e dava um jeito. Sempre dava um jeito*” (L.31-32). Temos a voz da jornalista alemã, relatando sua experiência com os outros jornalistas brasileiros com quem trabalhou. Os verbos estão no pretérito imperfeito para indicar concomitância habitual em relação ao tempo em que a jornalista “*andou por aqui*” (L.27). Aparece no texto a repetição “*dava um jeito*”, causando um efeito de sentido de uma ação que acontecia com frequência.

Podemos dizer que o adjetivo “*espantada*” para descrever a reação da alemã em relação ao “*jeitinho brasileiro*” é usado com o sentido de admiração - de estar maravilhada. Essa instituição brasileira é apresentada no texto a partir de um discurso positivo; é o jeito criativo, humano, em que as relações pessoais pesam na hora de se resolver um problema: “*falava com uma porção de gente*” e “*sempre dava um jeito*”, para dar uma solução nos “*galhos*” que apareciam.

Tal espanto se deu, pois a jornalista alemã não estava acostumada a esse mecanismo; a forma de solucionar problemas em seu país de origem é diferente da forma brasileira: “*Na Alemanha não tem disso, não; lá a coisa pode ser ou pode não ser*” (L.33-34). Esse caráter inflexível atribuído à sociedade alemã difere-se muito da maneira de ser do brasileiro. De acordo com DaMatta (2004), os brasileiros escolhem as zonas intermediárias, criando jeitinhos para lidar com as situações práticas do dia a dia. Nesse caso, entre um “*pode ser*” e um “*pode não ser*”, o brasileiro, com habilidade e criatividade, encontra um meio-termo para solucionar os problemas que lhe surgem.

O enunciador narrador tenta, assim, explicar à alemã esse mecanismo usado pelos brasileiros, que, podemos dizer, é uma instituição nacional, praticada em todo país. A jornalista pôde fazer esta constatação ao: “*realizar algumas incursões jornalísticas pelo país*” (L.27-28), ou seja, o jeito não é um mecanismo particular, típico de uma região, mas sim uma prática presente na sociedade brasileira como um todo.

Percebemos o recurso do humor, utilizado pelo enunciador narrador, ao atribuir um caráter científico ao mecanismo de dar um jeito. Nesse momento, este tenta explicar à jornalista: “*a teoria fundamental de dar um jeito, ciência que, se difundida a tempo na Europa, teria evitado duas guerras carniceras*” (L.34-36). O humor reside no fato de que o termo ciência é geralmente usado para se referir a uma atividade humana baseada em princípios racionais, que se utiliza de um método específico e definido; ou seja, um conceito bem diferente das características atribuídas ao jeito.

Podemos dizer que o enunciador narrador classifica o jeito como ciência por meio de um procedimento argumentativo, visando a criar um efeito de sentido de objetividade. Nesse caso, o jeito seria uma atividade desenvolvida

racionalmente, a partir de conhecimentos considerados objetivos e de validade geral. Temos, assim, esse mecanismo brasileiro elevado a um método concreto que teria ajudado a evitar as duas guerras mundiais que assolaram a humanidade num período de trinta e um anos. Nesse caso, o jeitinho é construído como um mecanismo objetivo que resolveria os problemas internacionais por meio da habilidade no trato, da criatividade, da simpatia, em vez da agressão direta e da força repressiva.

Já que a explicação sobre a teoria de dar um jeito se mostrou “*sem sucesso*” (L.34), o enunciador narrador resolve, assim, “*passar a aula prática*” (L.37). Nesse processo narrativo, temos um percurso que figurativiza o tema do jeitinho como elemento intrínseco à sociedade brasileira. O enunciador tenta provar à jornalista alemã que, no Brasil, qualquer pessoa tem essa tendência de recorrer ao jeitinho para resolver uma situação problemática, mesmo aquelas mais inadequadas para o contexto objetivo que se apresenta.

Como os termos que figurativizam a pessoa inadequada para a situação forjada pelo narrador, temos: “*comerciante cem por cento, relacionado apenas com seus negócios e fregueses, homem de passar o dia todo e as primeiras horas da noite dentro da loja*” (L.38-39).

O enunciador narrador assim começa o relato no qual descreve a situação que inventara para seu amigo comerciante: “*Apresentei ele a ela e fui contando a mentira*” (L.41-42). Vimos que o enunciador narrador opta por não utilizar a norma culta, que, nesse caso, pediria o pronome oblíquo (apresentei-o), e não o pronome reto. Podemos atribuir essa escolha aos traços do gênero crônica, que, conforme aponta Candido (1992), por meio de uma linguagem coloquial, com marcas de oralidade, cria um efeito de conversa informal, aproximando-se mais do leitor.

Essa crônica foi publicada no ano de 1964, auge da Guerra Fria, contexto no qual a Alemanha estava dividida por duas linhas político-ideológicas opostas. O enunciador narrador forja, assim, uma situação envolvendo um perigo real para a época. Para o cenário posto, era preciso habilidades diplomáticas e conhecimento profissional para a resolução do problema.

Podemos dizer que o comerciante ignora o perigo posto pela situação, ou seja, esquece a sua própria segurança para atender a uma necessidade de outrem. Este tenta dar um jeito em uma situação para a qual não tinha nenhum conhecimento técnico, isto é, não estava ao alcance de sua posição como comerciante. Por meio de discurso direto, o narrador dá voz ao amigo comerciante que, mesmo “*a par do estranho problema*” (L.49), declara: “*o negócio é meio difícil... é... esta é meio complicada... Mas, vamos ver se a gente dá um jeito*”(L.51-52). O comerciante, assim, procura a solução para o problema: “*Deixa-me ver antes de tudo quem eu conheço que se dê com o Ministro das Relações Exteriores*” (L.54-55).

No texto, temos as figuras de dois brasileiros que buscam dar um jeito nas situações que aparecem. O narrador tenta explicar à jornalista alemã esse recurso brasileiro, dando um jeito de forjar uma situação que incluía a jornalista. Recorre, assim, a um amigo brasileiro para provar a tese de que o jeitinho é um elemento intrínseco à sociedade brasileira. O amigo comerciante, por sua vez, recorre a contatos pessoais, para dar um jeito de ajudar o pai da jornalista.

Por meio dos exemplos presentes no texto, observamos o costume brasileiro das relações pessoais. Podemos dizer que o jeitinho faz parte dessa dinâmica presente na sociedade brasileira, funcionando como um instrumento de estratégia social que os membros dessa sociedade utilizam de forma consciente e universal. No texto, vimos que os jornalistas brasileiros “*falam com uma porção de gente*” para resolver os problemas; o narrador recorre a um amigo para ajudar a jornalista alemã a entender o recurso de dar um jeito; e o amigo comerciante busca em sua “*caderneta*” de contatos alguém pra ajudar o pai da jornalista alemã.

A atitude do amigo comerciante em buscar dar um jeito na situação difícil na qual foi confrontado, embora totalmente despreparado para a solução do problema, exemplifica o que chamamos humanismo tipicamente brasileiro, do qual emerge o jeitinho. Nesse caso, o comerciante busca solucionar um problema diplomático para um completo desconhecido, isto é, o pai da jornalista alemã, a quem acabara de ser apresentado. É o jeitinho, assim, aplicado a qualquer ser humano, conferindo a esse recurso brasileiro uma humanidade no sentido de

valor, afinal, como diz o ditado brasileiro: “quando morrer, vai todo mundo para o mesmo lugar”.

O enunciador narrador, assim, busca construir o tema geral da crônica, a saber, dar um jeitinho, como elemento inerente à constituição identitária brasileira. Nesse processo, faz comparações com a forma de ser do inglês, que tenta por meio do insulto, ameaça, suborno resolver o problema da procrastinação do brasileiro. Compara com a característica inflexível da sociedade alemã, em que não há zonas intermediárias. Assim, diferentemente do modo de ser estrangeiro, o brasileiro busca outras formas de navegação social. Por meio de relações pessoais, habilidade na conversa e criatividade, este encontra no jeitinho uma maneira para lidar com graça e ânimo os eventuais problemas do dia a dia.

Como indicado por Bennett (1998), precisamos refletir sobre as diferenças que se fazem presentes em uma comunicação intercultural. Nesse caso, em um contexto brasileiro de ensino do português LE/L2, essa crônica contribui para uma discussão sobre as diferenças entre a maneira de ser do brasileiro em comparação com outros grupos nacionais. De acordo com a perspectiva intercultural, o autor vale-se de generalizações para descrever certos aspectos culturais brasileiros. Nesse caso, seria interessante analisar como o aprendiz descreveria a maneira de ser de sua cultura nativa, e como a contrastaria à brasileira apresentada no texto.

O foco da leitura recai sobre o conceito de jeitinho, que, como vimos, apela para as relações pessoais para resolver situações complicadas. O professor pode usar a leitura dessa crônica como estímulo para ajudar os alunos a refletirem sobre certos padrões de pensamento e comportamento ligados ao conceito de jeitinho no contexto brasileiro, fazendo uma comparação com a cultura nativa do aprendiz, sem que, nesse processo, se estabeleça uma hierarquia moral entre os grupos.

4.2. Crônica 2

Moça deitada na grama

- Eu vi e achei lindo. Fiquei repetindo para meu deleite pessoal: “Moça deitada na grama. Deitada na grama. Na grama”. Pois o espetáculo me embevecia. Não é qualquer coisa que me embevece, a esta altura da vida. A moça, o estar deitada na grama, àquela hora da tarde, enquanto os carros passavam e cada ocupante ia ao seu compromisso, à sua
- 05 alegria ou à sua amargura, a moça e sua posição me embeveceram.
- Não tinha nada de exibicionista, era a própria descontração, o encontro do corpo com a tranquilidade, fruída em estado de pureza. Quem quisesse reparar, reparasse; não estava ligando nem desafiando costumes nem nada. Simplesmente deitada na grama, olhos cerrados, mãos na testa, vestido azul, sapatos brancos, pulseira, dois anéis,
- 10 elegante, composta. De pernas, mostrava o normal. Não era imagem erótica. Dormia? Não. Pequenos movimentos indicavam que permanecia consciente, mas eram tão pequenos que se percebia seu bem-estar inalterável, sua intenção de continuar assim à sombra dos edifícios, no gramado.
- Resolvi parar um pouco, encantado. Queria ver ainda por algum tempo a escultura da
- 15 moça, plantada no parque como estátua de Henry Moore, uma estátua sem obrigação de ser imóvel. E que arfava docemente. Ah, o arfar da moça, que lhe erguia com leveza o busto, lembrando o sangue de circular nas artérias silenciosas, tão vivo; e tão calmo, como se também ele quisesse descansar na grama, curtir para sempre aquele instante de felicidade.
- 20 Eis se aproxima um guarda, inclina-se, toca no ombro da moça. De leve. Ela abre os olhos, sorri bem-disposta:
- Quer deitar também? Aproveita a tarde, tão gostosa.
- Ele se mostra embaraçado, fala aos pedaços:
- Não, moça... me desculpe. É o seguinte. A senhora... quer fazer o favor de levantar?
- 25 – Levantar por quê? Está tão bom aqui.
- A senhora não pode ficar aí assim não. Levante, estou lhe pedindo.
- Por que hei de levantar? Minha posição é cômoda, eu estou bem aqui. Olhe ali adiante aquele homem, ele também está deitado na grama.
- Aquele homem é diferente, a senhora não percebe?
- 30 – Percebo que é homem, e daí? Homem pode, mulher não?
- Bom, poder ninguém pode, é proibido, mas sendo homem, além disso *mindingo*...
- Ah, compreendo agora. Sendo homem e *mindingo*, tem direito a deitar no gramado, mas sendo mulher, tendo profissão liberal, pagando imposto de renda, predial, lixo, sindicato, etc., nada feito. É isso que o senhor quer dizer?
- 35 – Deus me livre, moça. Quem sou eu para dizer uma coisa dessas? Só que é a primeira vez, e eu tenho dez anos de serviço, que vejo uma dona como a senhora, bem-vestida, bem-apeçoada, assim espichada na grama. Com a devida licença, achei que não ficava bem imitar os homens, os *mindingos*, que a gente tem pena e deixa por aí...
- Faça de conta que eu também sou *mindinga* – e a moça abriu para ele um sorriso
- 40 especial.

- Para o bem da senhora, não convém se arriscar desse jeito.
- Eu acho que não estou me arriscando nada, pois tem o senhor aí me garantindo.
- Obrigado. Eu garanto até certo ponto, mas basta a gente virar as costas, vem aí um elemento e furta o seu relógio, a sua bolsa, as suas coisas.
- 45 – Sei me defender, meu santo. Tenho o meu cursinho de caratê.
- Tá certo, mas não deve de facilitar. A senhora se levante, em nome da lei.
- Espere aí. Ou todos se levantam ou eu continuo deitada em nome da lei da igualdade.
- Essa lei eu não conheço, dona. Não posso conhecer todas as leis. Essa que a senhora fala, eu acho que não pegou.
- 50 – Mas deve pegar. É preciso que pegue, mais cedo ou mais tarde.
- Não vai levantar?
- Não.
- Ele coçou a cabeça. Agarrar a moça era violência, ela ia reagir, juntava povo, criava caso. Afinal, não estava fazendo nada de imoral nem subversivo. Por outro lado, não
- 55 pegava bem moça deitada na grama – ele devia ter na mente a ideia de moça vestida de gaze, aérea, meio arcanjo, nunca deitável no chão de grama, como qualquer vagabundo fedorento.
- A senhora não devia me fazer uma coisa dessas.
- Fazer o quê?
- 60 – Me expor nesta situação.
- Eu não fiz nada, estava numa boa *oriental*, o senhor chega e...
- É muito difícil lidar com mulheres, elas têm resposta para tudo.
- Vamos fazer uma coisa. O senhor faz que não me viu, vai andando, eu saio daqui a pouco. Só mais dez minutos, para não parecer que estou cedendo a um ato de força.
- 65 – Pode ficar o tempo que quiser – decidiu ele. – A senhora falou numa tal lei da igualdade, então vamos cumprir. Só que aquele malandro ali adiante tem de se mandar urgente, eu vou lá dar um susto nele, já gozou demais da lei da igualdade, agora chega!

Essa crônica foi selecionada, pois interpretamos que a moça deitada na grama busca, de várias formas, dar um jeitinho de permanecer deitada no espaço público, indo, dessa forma, contra as ordens de uma autoridade da lei, figurativizada pelo papel do guarda. A moça não acha que esteja transgredindo alguma lei, mas, quando se vê interpelada pelo guarda, procura convencê-lo com jeitinho a desistir de fazer com que ela se levante.

O enunciador narrador apela para um efeito de sentido de aproximação, empregando um discurso em primeira pessoa, criando, assim, um efeito de subjetividade. Iniciando a crônica com “*Eu vi e achei lindo*”, o enunciador narrador atua no espaço no qual a ação se desenrola. Em relação ao tempo, relata o fato que presenciou no pretérito perfeito e imperfeito: “*Eu vi e achei lindo*”

(L.1); “*o espetáculo me embevecia*” (L.2). De acordo com Fiorin (2016a, p.56), o *eu* realiza o ato de dizer num determinado tempo e num dado espaço: “*aqui é o espaço do eu, a partir do qual todos os espaços são ordenados; agora é o momento em que o eu toma a palavra e, a partir dele, toda a temporalidade linguística é organizada*”.

Uma praça, com gramado, que se encontra em meio à agitação da cidade é o cenário no qual a trama se desenrola: “*enquanto carros passavam e cada ocupante ia ao seu compromisso*” (L.4); a moça estava deitada “*à sombra dos edifícios*” (L.13). As ações acontecem perante um narrador, que se coloca na posição de observador da cena. Sobre a função de observador, Fiorin (2016b) postula:

A função de falar é do narrador; a de ver ou, às vezes, a de ouvir, ou, em termos menos metafóricos, a de encarregar-se da dimensão cognitiva da narrativa, isto é, da compreensão dos fatos pertence ao observador [...]. Cabe lembrar, no entanto, que o narrador só pode relatar o que o observador sabe. [...] (o observador) é um actante da narrativa a partir de cujo ponto de vista a cena é compreendida. (Fiorin, 2016b, p.95-96)

O narrador observador descreve a cena da moça deitada na grama: “*Simplesmente deitada na grama, olhos cerrados, mão na testa, vestido azul, sapatos brancos, pulseira, dois anéis, elegante, composta*” (L.8-10), enquanto descreve sua reação perante a cena: “*Resolvi parar um pouco, encantado*” (L.14).

A partir da Linha 22, o enunciador narrador dá a palavra a dois actantes do enunciado, moça e guarda, simulando uma estrutura de comunicação criada no interior do discurso. Cada um desses actantes tem um turno de fala, marcado por travessão. Como *eu* e *tu* são reversíveis na comunicação, quando a moça fala, como interlocutor, o guarda é o interlocutário, e, vice-versa.

O texto trabalha predominantemente com temas. Os traços semânticos permitem-nos as seguintes leituras: tema do exercício da autoridade e da lei, tema da desigualdade social, e tema da desigualdade entre homem e mulher.

No que se refere ao tema do exercício da autoridade e da lei, temos na figura do guarda, a concretização do Estado, que tenta fazer valer sua autoridade

perante a moça, uma cidadã comum: “*A senhora não pode ficar aí assim não*” (L.24); “*é proibido*” (L.31); “*A senhora se levante em nome da lei*” (L.46).

A tematização da desigualdade social é manifestada quando se diferencia quem não tem a obrigação de seguir a lei, por ser considerado excluído da sociedade: “*mindingos, que a gente tem pena e deixa por aí...*” (L.38), “*diferente*” de quem deve agir de acordo com a lei, que tem “*profissão liberal*”, e, paga “*imposto de renda, predial, lixo, sindicato, etc.*” (L.34-35). Podemos observar que essa oposição excluído *versus* cidadão é concretizada nas figuras que se associam à moça: elegante, composta, bem-vestida, bem-apeçoada, vestido azul, sapatos brancos, pulseira, dois anéis, relógio; e ao mendigo: elemento, vagabundo, fedorento, malandro.

O tema da desigualdade entre homem e mulher surge quando o guarda pede para a moça se levantar mas diz que o homem pode continuar deitado, sendo, assim, indagado pela moça: “*Homem pode, mulher não?*” (L.30). O guarda argumenta: “*Sendo homem e mindingo, tem direito a deitar no gramado, mas sendo mulher [...] nada feito*” (L.33-35). “*Achei que não ficava bem imitar os homens*” (L.37-38).

O enunciador narrador apresenta o tema da desigualdade entre gêneros na crônica, mostrando que à mulher é esperado um certo tipo de comportamento na sociedade, afinal, “*não pegava bem moça deitada na grama*” (L.55). O enunciador narrador interrompe o diálogo e tece uma consideração em relação ao guarda: “*ele devia ter na mente a ideia de moça vestida de gaze, aérea, meio arcanjo, nunca deitável no chão de grama*” (L. 55-56). Nesse caso, poderíamos imaginar que se fosse um homem, caracterizado na figura de um cidadão, “*pagador de imposto*”, e não de um “*mindingo fedorento*” deitado na grama, a atitude do guarda poderia ser diferente.

Essas visões estereotipadas sobre o gênero feminino ilustram o que Barbosa (2006) observou em sua pesquisa, apontando que, independentemente de renda, educação, *status*, dinheiro, etc., o gênero influi para facilitar ou não a obtenção de um jeitinho. A autora registra:

Quando da situação participam homens e mulheres, as coisas ficam mais fáceis, pois pessoas do sexo oposto, segundo os entrevistados, se entendem mais facilmente. Se a pessoa que estiver na situação de conceder o jeito for do sexo masculino, fica mais fácil se quem pede é uma mulher, pois entre os dois sexos existe sempre a possibilidade de charme, sedução, “paquera”, etc. (Barbosa, 2006, p.47)

Barbosa (2006) acrescenta que, segundo muitos, a mulher é mais delicada que o homem; a mulher tem também mais jeitinho para lidar com as situações; o homem trata a mulher diferente; “o homem sempre *cai na da mulher*” (Barbosa, 2006, p. 48).

Com efeito, vimos que a moça na crônica, no seu desejo de permanecer deitada na grama, mesmo isso sendo proibido, recorreu à simpatia e ao charme na busca de um jeitinho que lhe permita fazer o que quer: convida o guarda pra se deitar e aproveitar, e abre para ele “*um sorriso especial*” (L.39-40). Tenta, assim, com jeitinho, burlar a lei que proíbe que pessoas deitem na grama da praça.

A atitude de ser simpática e charmosa com o guarda não tem apelo sexual, como argumenta o enunciador narrador: “*De pernas, mostrava o normal. Não era imagem erótica*” (L.10). Percebemos que a moça só queria permanecer deitada na grama, pois aquilo a agradava. Os lexemas abstratos e concretos usados no texto criam um efeito de sentido para indicar a intenção da moça: “*Não tinha nada de exibicionista, era a própria descontração, o encontro do corpo com a tranquilidade, fruída em estado de pureza*” (L.06-07); “*Dormia? Não. Pequenos movimentos indicavam que permanecia consciente, mas eram tão pequenos que se percebia seu bem-estar inalterável, sua intenção de continuar assim à sombra dos edifícios, no gramado*” (L.11-13).

É importante ressaltar que mais do que o gênero ou qualquer outro fator, vimos que a maneira de falar, de pedir o jeito, é considerada o elemento fundamental para sua concessão. Barbosa (2006) salienta que “tudo pode ser posto a perder se a maneira de falar se mostra impositiva ou grosseira” (Barbosa, 2006, p.48).

Nesta crônica, observamos que a moça oscila entre uma fala com tom mais impositivo: “*Espere aí. Ou todos se levantam ou eu continuo deitada em nome da lei da igualdade*” (L.47); e uma fala com tom mais ameno: “*Eu não fiz nada,*

estava numa boa oriental, o senhor chega e...” (L.61). Nesse caso, a relutância do guarda em conceder o jeitinho talvez se deva às atitudes manifestadas pela moça - cita a leis, alega que não está sendo tratada com igualdade, diz que faz “*caratê*” e que não precisa de proteção: “*sei me defender*” (L.45).

A moça invoca uma lei de igualdade, sobre a qual o guarda mostra desconhecimento: “*Essa lei eu não conheço, dona. Não posso conhecer todas as leis. Essa que a senhora fala, eu acho que não pegou*” (L.48-49). O tema da lei que pega e da lei que não pega é bem conhecido pela sociedade brasileira. Podemos atribuir essa questão ao relacionamento complicado dos brasileiros com seu sistema de leis. Conforme DaMatta (2004) destaca, a lei no Brasil é instituída sem consulta aos cidadãos, fazendo com que haja incoerências entre a regra jurídica e as práticas da vida diária. Segundo o autor, em sociedades como a inglesa, francesa e norte-americana, as leis pegam, pois, nessas sociedades, “não há nenhum prazer em escrever normas que aviltam o bom-senso e as práticas sociais estabelecidas” (DaMatta, 2004, p.46).

Ainda sobre a questão das leis, podemos relacionar o elemento igualdade, tematizado na crônica, com a noção do jeitinho, que propõe uma outra concepção de igualdade: a condição humana determinada pela necessidade das circunstâncias e da afetividade. O guarda tem o conhecimento de que é proibido que pessoas deitem na grama da praça, mas, como tem “*pena*” do mendigo, interpreta que a lei não se aplica a ele. Ora, ao “*elemento fedorento*” já é privado o direito à moradia e a condições normais de vida. Assim, o guarda dá seu jeitinho de fingir que não o vê, permitindo que este permaneça deitado no lugar proibido.

Já em relação à moça bem-vestida, o guarda tenta fazer valer a lei. Apesar de argumentar que a moça não podia ficar deitada na grama, pois era “*proibido*”, a recorrência de traços semânticos, tomados de formas abstratas como: “*não ficar bem imitar os homens*”, “*não pegava bem moça deitada na grama*”, aponta que o guarda pede para moça se levantar, mais por entender que aquilo não era atitude aceitável para uma mulher “*bem apessoada*”, do que por acreditar que era preciso fazer valer uma lei universalizante. Afinal de contas, o guarda desconhecia a “*tal lei da igualdade*” (L.65-66).

A moça, então, faz um apelo final: “*Vamos fazer uma coisa. O senhor faz que não me viu, vai andando, eu saio daqui a pouco. Só mais dez minutos, para não parecer que estou cedendo a um ato de força*” (L.63-64). Apela assim, para o jeitinho, com habilidade na conversa, pois cede ao pedido do guarda, evitando expô-lo a uma situação de insubordinação, ao mesmo tempo em que consegue fazer o que quer. Com esse pedido de jeitinho, a moça acaba recebendo a permissão do guarda para ficar deitada na grama: “*pode ficar o tempo que quiser*” (L.65).

Verificamos que no diálogo entre a moça e o guarda não se estabelece uma relação entre uma autoridade e uma cidadã comum, que está infringindo uma lei, mas sim uma relação entre duas pessoas que negociam algo. Essa conversa é percebida pelas escolhas linguísticas revestidas de traços de informalidade: o guarda vira “*meu santo*”, a moça é vista “*espichada na grama*”, e também está “*numa boa, oriental*”, o guarda reconhece que não conhece certas leis e pede para não ser exposto.

Pode-se dizer que a cena descrita na crônica não seria provável em sociedades, cujas leis são vistas como inflexíveis, pois estas destinam-se a todos os cidadãos, independentemente da posição social. Nesse caso, uma autoridade do Estado não negociaria com o cidadão comum que está desrespeitando uma lei. Por contraste, em relação à sociedade brasileira, as figuras e os temas presentes na crônica produzem um efeito verossímil, facilmente reconhecível pelos leitores brasileiros; pois, como DaMatta (2004, p.48) aponta, os brasileiros navegam em zonas intermediárias, onde a lei tem furos, inventando, assim, os jeitinhos.

Otávio Mello de Alvarenga escreveu na orelha do livro *Moça deitada na grama*, editado pela Record:

A moça – curiosos ou incrédulos de todo gênero – é idêntica e ao mesmo tempo diversa de todas as outras moças, pois resolveu deitar-se num jardim público, tal como os mendigos – e enfrenta, naturalmente, a crítica personificada num guarda. Chaplin, de novo? De novo, meus caros, e tão disfarçado de brasileiro, tão nosso na diversidade subsequente, que não é (apenas) cômico ou dramático no cotidiano; será crítico, sarcástico, sempre atuante. E guardará os limites da brandura, do meio riso, da lágrima contida, a que Drummond nos habitou.

Em concordância com as palavras de Alvarenga, nota-se que, na crônica analisada, o cronista Drummond explora com sensibilidade a oposição entre as formalidades e as práticas sociais brasileiras. A recorrência do tema igualdade no texto permite a leitura de que esse é um conceito que varia na sociedade brasileira: assim como o jeitinho, não apresenta contornos definidos, sendo determinado pela necessidade das circunstâncias.

Essa crônica relata uma cena do cotidiano brasileiro, em que uma autoridade do Estado tenta fazer valer a lei sobre uma cidadã comum. Em um contexto de ensino de português do Brasil como LE/L2, pode-se pensar em uma mesma situação passada no contexto social do país de origem do aprendiz. Nesse caso, como se daria o diálogo entre os dois actantes da narrativa? O aprendiz pode, assim, descrever uma cena comum do cotidiano de seu país e construir um diálogo, abordando os meios pelos quais uma autoridade abordaria um cidadão que estivesse desobedecendo uma lei do país.

Nessa narrativa, a moça tenta dar um jeitinho de fazer valer sua vontade. O aprendiz estrangeiro pode descrever os recursos dos quais um nativo de seu país lançaria mão para tentar fazer valer sua vontade em uma situação de confronto com uma lei desse país.

4.3. Crônica 3

A estética da gambiarra

É divertido comparar o que a imprensa internacional publicou antes e logo depois da cerimônia de abertura da Olimpíada — o contraste entre as previsões sombrias e a constatação entusiasmada do que de fato aconteceu: em vez do fracasso, o sucesso absoluto. O “NY Times” escreveu que o espetáculo foi “deslumbrante e sem ostentação”, resumindo uma contradição em termos que o país gosta de com-
05 ciliar. De maneira geral, só houve elogios nos EUA e na Europa, até com exagero também agora, como o do jornal londrino que chegou a anunciar que o Rio gastou com a nossa festa um décimo do que Londres (parece que foi “apenas” a metade). É bem verdade que a descrença inicial dos jornais de lá se baseou no que
10 era dito aqui, e até publicado, por motivações conhecidas: complexo de vira-lata, espírito de porco ou simples inveja, digamos, regional do protagonismo inesperado do “balneário decadente”.

Os gringos deviam estar esperando os lugares-comuns de uma apresentação exótica e não o espetáculo de conteúdo universal e forma sofisticada, exaltando a diversidade e a tolerância, e chamando a atenção do planeta para o desafio ambiental que ele enfrenta. E isso com limitação de recursos, mostrando como compensar
15 carência de meios com criatividade. Lembra de certa maneira o que aconteceu há exatos 51 anos em Gênova, quando Glauber Rocha expôs a sua tese-manifesto “uma estética da fome”. Na sexta-feira passada, Fernando Meirelles, Daniela
20 Thomas Andrucha Waddington e Deborah Colker, à frente de um time de ouro, apresentaram no Maracanã a sua “estética da gambiarra”, que, a exemplo do Cinema Novo, impactou o mundo. “Outros países fazem suas cerimônias olhando para o próprio umbigo, mas nós estamos aqui para dar um recado ao mundo. Uma mensagem para o futuro”, explicou Meirelles, não por acaso diretor de “Cidade de Deus”,
25 um filme também aclamado mundialmente.

A abertura dos Jogos foi mesmo uma metáfora dramatizada de nossa história de resistência e superação, da volta por cima, a trajetória cultural de um país antropofágico, acostumado a digerir e devolver transformado o que recebe, tudo junto e misturado — índios e Gisele Bündchen, ocas feitas de elástico barato e edifícios de
30 papelão, tropicalistas e bossa nova, funkeiros e MPB, Paulinho e o Hino Nacional na Viola.

Três dias depois, este país da diversidade estaria encarnado por Rafaela da Silva, a garota de ouro que um dia foi xingada por energúmenos nas redes sociais de uma “uma macaca que devia estar numa jaula”.

Essa crônica foi selecionada, pois associamos o termo gambiarra ao conceito de jeitinho brasileiro. O dicionário *online Dicio* assim descreve a palavra gambiarra: “Solução improvisada para resolver um problema ou para remediar

uma situação de emergência” (Gambiarra, s.d.). Ainda de acordo com esse dicionário, tal verbete tem, entre seus sinônimos, a palavra jeitinho.

A composição dessa crônica se dá sob a forma de um comentário pelo enunciador narrador, que expõe o tema geral da repercussão da cerimônia de abertura dos jogos olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro.

As escolhas linguísticas presentes nessa crônica indicam uma aproximação ao discurso jornalístico, ou seja, o texto é construído a partir de uma linguagem que se pretende mais objetiva, com poucas marcas de subjetividade. Em relação às marcas deixadas pela enunciação, Fiorin (2016a) registra:

Há duas instâncias no discurso: a do enunciado e a da enunciação. Não se pensa aqui na instância da enunciação pressuposta por todo enunciado, mas nas marcas deixadas pela enunciação no enunciado (por exemplo, pronomes pessoais e possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos temporais e espaciais, verbos performativos). Com as marcas da enunciação deixadas no enunciado pode-se reconstruir o ato enunciativo. (Fiorin, 2016a, p.78)

O espaço da enunciação é projetado no texto com os dêiticos espaciais “*aqui*” e “*lá*”, ou seja, o enunciador narrador comenta a partir do Brasil (*aqui*), a repercussão da abertura das Olimpíadas de 2016 na mídia estrangeira (*lá*): “*É bem verdade que a descrença inicial dos jornais de lá se baseou no que era dito aqui*” (L.09-10).

No que se refere à categoria tempo, o enunciador realiza o ato de dizer, cinco dias após a cerimônia de abertura, que ocorreu em 05 de agosto de 2016 - momento de referência da escrita do texto. Em relação a ele, o enunciador narrador relata, no pretérito perfeito, a repercussão dos jornais estrangeiros após o evento: “*a imprensa internacional publicou*” (L.01), “*o 'NY Times' escreveu*” (L.04), “*só houve elogios*” (L.06).

Podemos dizer, assim, que os sentidos veiculados nessa crônica se revelam dialogicamente na intertextualidade com outros textos que tematizaram a cerimônia de abertura. Com efeito, as Olimpíadas configuram-se um importante evento que recebe atenção de grande parte da mídia mundial. Desse modo, jornais

do mundo inteiro estão interessados em cobrir o espetáculo que abre tal evento esportivo.

Como se sabe, os fatos e o tempo presentes são a matéria-prima do jornal, que geralmente tem a duração de 24 horas. Nesse caso, os fatos de ontem são substituídos pelos de hoje e, em época de Internet e televisão em tempo real, pelos fatos da última hora. Daí a característica quase essencial do jornal: efemeridade.

É com um fato real que essa crônica se constitui, explorando a concretude e a singularidade da cerimônia de abertura, para ultrapassar esses elementos. Sobre a relação desse gênero com o jornal, Davi Arrigucci Jr. (1987) caracteriza a crônica como o espaço em que o jornal entra em tensão com o que não é informação nem transitoriedade, o que torna algumas crônicas aparentemente incompatíveis com a modernidade do jornal, que significa rapidez e superficialidade.

Nesse caso, o enunciador narrador, ao comentar sobre a cerimônia de abertura das Olimpíadas, comenta também sobre aspectos socioculturais atribuídos à sociedade brasileira. Nesse caso, tal evento, no texto, não se configura apenas como uma notícia transmitida em um veículo de comunicação transitório, mas sim uma ponderação sobre as imagens que refletem a identidade brasileira, com suas ambiguidades e paradoxos.

Vimos em Barbosa (2006) que, no processo de comparação entre identidades nacionais, os elementos não se apresentam num plano equivalente de valor. Segundo a autora:

Para cada atribuição corresponde um peso, dado pelos grupos envolvidos. Portanto, os mecanismos de poder e dominação são aspectos fundamentais dessa dinâmica, pois hierarquias econômicas, políticas e simbólicas são constitutivas dessas respectivas atribuições e construções. (Barbosa, 2006, p.162)

O enunciador narrador explora essa relação de poder quando aponta as “*previsões sombrias*” (L.02) da imprensa internacional, que antecipava um “*fracasso*” (L.03) da organização brasileira em relação à cerimônia de abertura (em verdade, em relação à Olimpíada como todo).

Ora, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade sul-americana a sediar um evento desse porte. Desde que os jogos olímpicos de verão começaram, em 1896, oitenta e nove por cento dos locais que funcionaram como sede do evento se encontram entre o continente europeu e a América do Norte¹³. Temos, assim, uma cidade, e conseqüentemente um país, considerados em desenvolvimento, sediando um evento esportivo de grande prestígio, e não um lugar economicamente rico e altamente desenvolvido. Às cidades fora do eixo Europa-América do Norte que sediaram as Olimpíadas, como Tóquio e Seul, são atribuídas as características de tecnologicamente desenvolvidas e altamente organizadas. Em contraste, temos a imagem do Rio de Janeiro, construída internacionalmente como lugar exótico, mais conhecido por sua beleza natural e espírito festeiro do que por seu poder econômico e capacidade organizacional.

Com efeito, a escolha do Rio de Janeiro como sede dos jogos olímpicos de 2016 foi marcada por ceticismo, tanto por parte da mídia internacional como por parte da mídia brasileira. Sobre isso, o enunciador narrador comenta: “*a descrença inicial dos jornais de lá se baseou no que era dito aqui, e até publicado, por motivações conhecidas: complexo de vira-lata, espírito de porco ou simples inveja, digamos, regional do protagonismo inesperado do ‘balneário decadente’*” (L.09-12).

Temos, assim, dois temas com os quais o enunciador narrador trabalha o ceticismo da escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas, por parte da mídia nacional. O primeiro diz respeito a uma expressão cunhada pelo escritor brasileiro Nelson Rodrigues em uma de suas crônicas esportivas, publicada em 1958 na revista *Manchete*. Com essa locução, o autor tenta explicar o problema da fé em si mesmo do brasileiro. Assim o cronista descreve tal expressão:

¹³ Informações encontradas no site oficial do Comitê Olímpico Internacional: <<https://www.olympic.org/olympic-games>> acesso em: 10 de abril de 2017.

Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. [...] O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-lata e que tem futebol pra dar e vender. (Rodrigues, 1958 [2012], p.26)

O autor busca, assim, refletir sobre a imagem que o brasileiro constrói de si mesmo frente a outras nacionalidades. Nesse caso, mesmo apresentando uma qualidade no futebol, o brasileiro ainda se coloca em posição de inferioridade, como aponta o autor:

A pura, a santa verdade é a seguinte: - qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma, - temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de “complexo de vira-latas”. (Rodrigues, 1958 [2012], p.26)

Assim, quase sessenta anos após a publicação dessa crônica, o termo complexo de vira-latas continua presente nas representações simbólicas referentes à sociedade brasileira. O enunciador narrador da crônica analisada usa tal expressão para referir-se ao sentimento de inferioridade mostrada pela mídia brasileira que, assim como a mídia internacional, estava esperando um “fracasso” por parte do comitê olímpico brasileiro.

O segundo tema explícito no texto, em relação ao que se esperava da cerimônia de abertura se dá com os termos “*espírito de porco*” e “*inveja*”, para referir-se à escolha do Rio de Janeiro como cidade sede. De acordo com o dicionário *online Dicio*, espírito de porco significa: “Estado de espírito em que a pessoa age de forma desagradável, irritante, provocadora, sem levar em consideração o sentimento ou a opinião alheia” (Espírito de porco, s.d.). Assim, tal verbete mais o substantivo inveja são usados como efeito de sentido, para descrever a atitude e o sentimento mostrados por outras regiões brasileiras, preteridas como sede dos jogos olímpicos.

Depreende-se dos sentidos constituídos no texto um contraste entre o que se esperava da performance do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas, por parte da mídia internacional, da mídia nacional, e de outras regiões brasileiras, e o resultado final da cerimônia de abertura: “o *sucesso absoluto*” (L.04). Nesse caso, em vez de se mostrar um “*balneário decadente*” (L.12), a cidade mostrou a capacidade de apresentar um espetáculo “*deslumbrante e sem ostentação*” (L.04-05).

O lexema ostentação é geralmente usado para designar o efeito de manifestação da riqueza, do dinheiro, do luxo. No caso da cerimônia de abertura, os organizadores conseguiram produzir um espetáculo elogiado por muitos, mesmo com poucos recursos financeiros, gastando “*apenas*” a metade do orçamento do comitê olímpico de Londres. A descrição “*deslumbrante e sem ostentação*” resume o que o enunciador narrador chamou de “*uma contradição em termos que o país gosta de conciliar*” (L.05-06).

O efeito metonímico de “*o país gosta de conciliar*” se dá com a aproximação do sentido de país com o sentido de brasileiro. Nesse caso, temos um indivíduo que, nas práticas sociais do dia a dia, com seus jeitinhos, consegue conciliar poucos recursos com resultados positivos, mostrando, assim, “*como compensar carência de meios com criatividade*” (L.16-17).

No que se refere à imagem desse brasileiro por parte de atores internacionais, o enunciador narrador comenta: “*Os gringos deviam estar esperando os lugares-comuns de uma apresentação exótica, e não o espetáculo de conteúdo universal e forma sofisticada, exaltando a diversidade e a tolerância, e chamando a atenção do planeta para o desafio ambiental que ele enfrenta*” (L.13-16). Mais uma vez, temos um efeito de sentido de oposição entre o que os olhares de fora esperavam do evento e o que de fato ocorreu, ou seja, em vez de uma exposição de caráter “*exótico*”, um “*espetáculo de conteúdo universal e forma sofisticada*”.

O lexema “*gringo*” aqui usado causa um efeito de distanciamento entre o enunciador narrador e esses olhares “*de fora*”. Com efeito, podemos dizer que, enquanto o termo estrangeiro é considerado neutro, o termo gringo vem carregado de conotações. Não há um consenso quanto à origem de tal palavra. Assim, não se

sabe ao certo se tal termo era usado para se referir ao explorador inescrupuloso ou a qualquer um que não pertencia ao grupo. Contudo, enquanto para alguns, a palavra gringo pode soar inofensiva, até mesmo carinhosa, para outros o termo é considerado extremamente agressivo. Segundo o dicionário digital inglês *Longman*, esse verbete é descrito como: “*a very offensive word used in Latin America to refer to a foreigner, especially a white English-speaking person. Do not use this word*”¹⁴ (Gringo, s.d.).

O nosso destaque aqui se dá pelo efeito de sentido desse termo no texto. O enunciador narrador vale-se da oposição nós (brasileiros) *versus* eles (gringos), para enaltecer as características brasileiras num momento em que o mundo inteiro direcionava as atenções para a performance da cidade do Rio de Janeiro e, por sua vez, do país. Este dialoga com os leitores do jornal brasileiro ao qual a crônica está vinculada, causando um efeito de pertencimento por meio do pronome possessivo: “*nossa festa*” (L.08) e “*nossa história*” (L.26).

As características brasileiras enalticidas no texto têm como núcleo semântico o título da crônica: “A estética da gambiarra”. Entendemos o termo gambiarra como o produto de uma ação que teve no improviso e na imaginação criativa seus principais meios, isto é, uma ação que precisou de um jeitinho para ser concluída. Desse modo, podemos dizer que a cerimônia de abertura das Olimpíadas no Brasil refletiu um estilo de vida que o brasileiro entende como sendo seu, a saber, um estilo caracterizado pela criatividade e pela improvisação.

O enunciador narrador, assim, faz referências a artistas brasileiros que, por meio de suas obras, refletiram esse estilo brasileiro. Um deles diz respeito ao cineasta Glauber Rocha que, com seu manifesto “Uma estética da fome”, buscou um novo estilo de fazer cinema no Brasil. Sobre esse estilo, Xavier (2007) comenta:

¹⁴ Tradução da autora desse trabalho: “uma palavra extremamente ofensiva, usada na América Latina, em referência a um estrangeiro, especialmente um indivíduo branco, falante nativo de inglês. Não use essa palavra”.

Um estilo que procura redefinir a relação do cineasta brasileiro com a carência de recursos, invertendo posições diante das exigências materiais e as convenções de linguagem próprias do modelo industrial dominante. A carência deixa de ser obstáculo e passa a ser assumida como fator constituinte da obra, elemento que informa a sua estrutura e do qual se extrai a força de expressão, num estratagema capaz de evitar a simples constatação passiva “somos subdesenvolvidos” ou o mascaramento promovido pela imitação do modelo imposto que, ao avesso, diz de novo “somos subdesenvolvidos”. A estética da fome faz da fraqueza a sua força, transforma em lance de linguagem o que até então é dado técnico. (Xavier, 2007, p.13)

Temos, assim, um fazer artístico que se apropria de uma condição que, a princípio, se configura como desvantagem, para transformá-la em “fator constituinte da obra”. Nesse caso, a falta de condições apropriadas e de recursos é contornada com jeitinhos, que dão forma ao produto final.

Sobre o resultado da cerimônia de abertura, o enunciador narrador comenta: “*Fernando Meirelles, Daniela Thomas, Andrucha Waddington e Deborah Colker, à frente de um time de ouro, apresentaram no Maracanã a sua ‘estética da gambiarra’, que, a exemplo do Cinema Novo, impactou o mundo*” (L.19-22). Desse modo, vimos que, assim como o cinema de Glauber Rocha, o espetáculo da abertura dos jogos olímpicos impactou pelo estilo criativo e improvisado, possibilitado pelo jeitinho.

Vimos o jeitinho brasileiro transformado em uma narrativa que, conforme salientam Rocha e Corbo (2013, p.135-136): “pode ser experimentada no sentido da vivência universal, da valorização da diversidade, fragmentação, trânsito em variados espaços sociais, facilidade com a diferença, novos grupos e múltiplos valores”. Como reflexo dessa narrativa, a cerimônia de abertura resultou em um espetáculo de “*conteúdo universal*”, com o objetivo de exaltar “*a diversidade e a tolerância*”.

Sobre esse espírito universal invocado pelo jeitinho, por meio de discurso direto, o cineasta Fernando Meirelles, um dos organizadores da festa, explica: “*Outros países fazem suas cerimônias olhando para o próprio umbigo, mas nós estamos aqui para dar um recado ao mundo. Uma mensagem para o futuro*” (L.22-24).

O jeitinho, assim, faz com que o estilo brasileiro se diferencie pela sua vocação para alteridade, como explicou Oswald de Andrade (1992). Em relação a essa vocação brasileira, Borges (2006, p.106) afirma que a alteridade sustenta uma visão de mundo inclusiva, “cujas teorias são caracterizadas pela capacidade sintética de acolher o outro, da qual participa a intuição afetiva”. Sob essa ótica, o brasileiro celebra a diferença, em vez de condená-la. Tal concepção de vida e de mundo, relaciona-se com o que Andrade chamou da natureza antropofágica da sociedade brasileira.

As figuras utilizadas pelo enunciador narrador para caracterizar esse “*país antropofágico, acostumado a digerir e devolver transformado o que recebe*” (L.27-28), constitui um percurso figurativo que se dá por elementos, aparentemente opostos, mas que se misturam: “*índios e Gisele Bündchen, ocas feitas de elástico barato e edifícios de papelão, tropicalistas e bossa nova, funkeiros e MPB, Paulinho e o Hino Nacional na viola*” (L.29-31).

Relacionamos essa capacidade da sociedade brasileira em misturar elementos opostos, à expressão equilíbrio de antagonismos, empregada por Gilberto Freyre (1933) no livro *Casa-Grande & Senzala*. Tal expressão atribui à formação da sociedade brasileira um caráter *suis generis*, pois teria sido capaz de fundir com certa harmonia tradições diversas, ou antes, antagonônicas, de cultura. Uma possibilidade de leitura poderia argumentar que tal descrição implica um apagamento de toda uma história de sofrimento e injustiças, forjando uma democracia racial no Brasil.

O livro apresenta, no entanto, numerosas passagens que tomam explícito o grande grau de violência inerente ao regime escravocrata, com descrições das crueldades perpetradas pelos colonizadores portugueses aos escravos trazidos para o Brasil colônia. O autor, assim, não oculta a exploração, os conflitos, e a discriminação que marcaram a sociedade colonial.

Partindo da premissa de que não há sociedades sem conflito, podemos dizer que esse equilíbrio de antagonismos na sociedade brasileira é constituído de maneira precária, frágil, que facilmente pode degenerar em conflitos. Vimos que na crônica analisada, o enunciador narrador expõe a fragilidade desse “*país da diversidade*” (L.32), ao comentar o triste episódio da atleta Rafaela Silva, que foi

“*xingada por energúmenos nas redes sociais de ‘uma macaca que devia estar numa jaula’*” (L.33-34), e que três dias após a abertura das Olimpíadas trouxe o primeiro ouro para o Brasil.

Certamente, atribuir uma vocação para um equilíbrio das diferenças à sociedade brasileira não implica descrever uma sociedade sem conflitos, ou até mesmo harmoniosa. Implica dizer apenas que, em comparação aos povos formados nas mesmas circunstâncias imperialistas de colonização, o Brasil tende a lidar com as diferenças de maneira mais humana e pacífica.

Entendemos, assim, que o jeitinho se configura um elemento constituído dentro das práticas sociais brasileiras, que busca nas relações pessoais, na habilidade no trato, na criatividade, na conversa, na simpatia, um meio mais equilibrado de lidar com situações problemáticas do dia a dia e com conflitos. Enquanto outras sociedades construíram formas distintas de navegação social, o brasileiro tem no jeitinho um instrumento que o ajuda a encarar os desafios impostos pela realidade brasileira.

Essa realidade é resultado de um processo histórico que se deu por meio de explorações, sofrimentos e injustiças, a qual o brasileiro aprendeu a navegar. Desse modo, para o enunciador narrador da crônica, “*A abertura dos Jogos foi mesmo uma metáfora dramatizada de nossa história de resistência e superação, da volta por cima*” (L.26-27).

Sendo assim, é com jogo de cintura, fazendo gambiarras, improvisando soluções, ou seja, dando seus jeitinhos, que o brasileiro navega o oceano turbulento do dia a dia no Brasil. Podemos dizer que esse cotidiano é marcado por dramas, pelas incoerências do sistema de legal, e pela carência de recursos, mas é também pela criatividade, pela generosidade e por um humanismo típico brasileiro.

O tema da crônica aborda a concepção de estética. Com efeito, esse termo pode assumir diversas acepções. Kirchof (2003) pontua que um dos maiores desafios apresentados pelo estudo da estética é encontrar uma definição congruente para essa disciplina. Na acepção mais comum, a estética é definida como a ciência filosófica da arte e do belo. O autor registra que, no decorrer da

história, alguns teóricos acrescentaram, como objeto da disciplina estética, “a experiência estética, a forma, a poesia, a criatividade, a mimese artística, a imaginação, a verdade artística e o estilo, entre vários outros” (Kirchof, 2003, p.17).

Associamos a palavra estética, usada pelo cronista, com a noção de estilo. Assim como no manifesto “A estética da fome”, a cerimônia de abertura das Olimpíadas mostrou a “estética da gambiarra” como um estilo particular brasileiro de fazer arte. Nesse caso, dando um jeitinho de conciliar carência de recurso com criatividade, os artistas brasileiros impactaram o mundo pela originalidade, misturando elementos culturais e artísticos presentes no contexto brasileiro.

Em um contexto de ensino de português do Brasil como LE/L2, o educador pode estimular os alunos a descreverem a estética de seus países. Nesse caso, o aprendiz relataria quais elementos culturais e artísticos de seu país ele acha que deveriam estar presentes na cerimônia de abertura, caso sua cidade de origem fosse escolhida para sediar os jogos olímpicos.

5

Conclusão

No decorrer desse trabalho, procuramos mostrar que o jeitinho é um tipo de navegação social que singulariza a sociedade brasileira. De norte a sul, ele é constituído como uma prática social conhecida e legitimada por todos os segmentos sociais no Brasil. Vimos que o jeitinho está inserido em uma série de discursos que expressam um conjunto de valores significativos presentes na sociedade brasileira.

Tais discursos apresentam esse conceito a partir de uma perspectiva positiva ou de uma perspectiva negativa. Verifica-se que, nos textos analisados, as imagens relacionadas ao conceito de jeitinho aproximam-se do discurso positivo, ou seja, esse conceito é construído sob uma ótica favorável. Nas três crônicas, encontramos elementos que caracterizam o aspecto conciliador, criativo, caloroso e humano da sociedade brasileira, reafirmando, desse modo, o seu traço relacional.

Como afirmamos na Introdução (Cf, p.1), entendemos o jeitinho como um elemento paradigmático da identidade social brasileira, presente em uma série de discursos que expressam um conjunto de valores que os brasileiros percebem como sendo seus. Desse modo, eventualmente, um estrangeiro no processo de aprendizado do português do Brasil decerto entrará em contato com esse estilo de navegação social brasileira.

Vimos que, ao adquirir consciência das diferenças culturais, o aprendiz de segunda língua ou língua estrangeira passa a examinar seus próprios valores, normas e atitudes. De acordo com Hall (1959, p.39), a cultura esconde muito mais do que revela. Nesse caso, a consciência intercultural implica desvelar os padrões de comportamento e de pensamento culturalmente condicionados tanto de si como do outro.

Segundo Byram (1997, p.34), uma interação intercultural adequada ocorre quando dois indivíduos adotam uma conversa baseada no entendimento mútuo, na

qual estão abertos às diferenças. Desse modo, é preciso que se tenha conhecimento da cultura subjetiva do outro, para que essa interação aconteça de forma satisfatória e respeitosa.

Partindo de uma perspectiva intercultural no contexto de ensino de língua estrangeira, é importante que o educador ajude os aprendizes no processo de descobrimento e exploração da cultura dos grupos envolvidos, construindo processos de entendimento e cooperação entre eles. Conforme Byram (1997, p.48) salienta, desenvolver uma perspectiva intercultural no contexto de ensino de línguas envolve a promoção tanto da competência intercultural como da competência sociolinguística. Segundo o autor, é preciso preparar os aprendizes a interagir com pessoas de outras culturas, de forma que possam entendê-las e aceitá-las como indivíduos com perspectivas, valores e comportamentos diferentes. Nesse processo, os educadores devem ajudar seus aprendizes a enxergar nessa interação uma experiência enriquecedora.

Essa experiência, no entanto, só pode ser considerada enriquecedora, quando no processo de reflexão sobre seus próprios padrões de pensamento e comportamento em relação aos padrões do outro, o aprendiz o faz a partir de uma perspectiva descentralizadora. Isso significa que este não deve supor que seus valores, crenças e comportamentos sejam naturalmente corretos e que os considere como aqueles unicamente aceitáveis.

Nesse caso, conforme destaca Byram *et al.* (2002, p.21), o educador deve buscar atividades que promovam discussões sobre temas específicos, com o objetivo de fazer com que os aprendizes reflitam sobre as diferenças entre sua própria cultura em relação à cultura-alvo. Nesse contexto, o educador poderá providenciar informações relacionadas ao modo de vida dos membros de tal cultura, encorajando uma análise comparativa com a cultura nativa do aprendiz.

O jeitinho, tema com o qual trabalhamos nessa pesquisa, pode apresentar um desafio para o professor de português do Brasil. Vimos que, apesar de esse conceito não apresentar contornos tão definidos, a maioria dos brasileiros conhece, pratica ou faz uso das expressões jeitinho brasileiro ou dar um jeito. De acordo com a pesquisa desenvolvida por Barbosa (2006, p.42), não são claras as margens que distinguem o jeitinho das categorias favor e corrupção, de modo que

essa distinção vai depender do contexto em que a situação ocorre e do tipo de relação existente entre os envolvidos.

Temos, assim, um conceito que está presente em diversas configurações discursivas na sociedade brasileira, mas que pode ser abordado de diferentes maneiras. Conforme vimos (Cf. 2.1.2), o jeitinho está inserido tanto em discursos que lhe atribuem uma das razões pelas quais a desordem institucional e a corrupção são tão presentes na sociedade brasileira como em discursos que o veem como símbolo do espírito conciliador, criativo, caloroso e humano dessa sociedade.

A complexidade que envolve o conceito de jeitinho pode e deve ser apresentada no contexto de ensino de português LE/L2; afinal, essas diferentes perspectivas estão inseridas nos variados discursos no Brasil. Devemos evitar, contudo, narrativas simplistas e reducionistas nesse processo, pois estas podem colaborar para discussões baseadas em estereótipos, que não promovem um debate construtivo no contexto educacional.

Byram *et al.* (2002, p.11) salientam que, pelo fato de a cultura ser uma força em constante mudança, os professores de língua estrangeira devem estar preparados para a criação de um ambiente em que se promova a curiosidade e a investigação, guiando, desse modo, os aprendizes em direção à competência intercultural. Sobre a concepção do educador no contexto de ensino intercultural, Fleuri (2000, p.12) pondera:

Se o processo educativo consiste na criação e desenvolvimento de contextos educativos, e não simplesmente na transmissão e assimilação disciplinar de informações especializadas, ao educador compete a tarefa de propor estímulos (energia colateral) que ativem as diferenças entre os sujeitos e entre seus contextos (histórias, culturas, organizações sociais...) de modo a desencadear a elaboração e circulação de informações (versões codificadas das diferenças e das transformações) que se articulem em diferentes níveis de organização.[...] Educador, nesse sentido, é propriamente um sujeito que se insere num processo educativo, e interage com outros sujeitos dedicando particular atenção às relações e aos contextos que vão se criando, de modo a contribuir para a explicação e elaboração dos sentidos que os sujeitos em relação constroem e reconstroem.

Em concordância com as palavras de Fleuri (2000), entendemos que o significado é relacional, ou seja, no contexto educativo, o aprendiz não recebe passivamente as informações, mas atua no processo de construção dos significados. Nesse processo, entendemos o educador como um mediador que, conforme o autor ressalta, propõe estímulos aos aprendizes no ambiente educativo.

De acordo com essa perspectiva, no âmbito do ensino de português do Brasil, o professor deve se perguntar que tipo de estímulos se privilegia, para criar um contexto em que as diferenças são respeitadas e as relações são construídas em termos de igualdade.

No que se refere ao conceito de jeitinho, vimos um discurso que o condena, com base em um modelo idealizado anglo-saxão, alheio à realidade brasileira. Segundo Barbosa (2006), os portadores desse discurso deixam de lado alguns componentes básicos da prática social brasileira que não se ajustam ao modelo de sociedade por eles concebido e inspirado nos parâmetros individualistas da sociedade ocidental. De acordo com autora, todas as noções decorrentes desse modelo obedecem a um esquema “firmemente estabelecido enquanto representação e motor, em grande parte, da concepção da sociedade brasileira como instável, sem seriedade, leniente, etc.” (Barbosa, 2006, p.83).

Em oposição a essa perspectiva, vimos um discurso sobre o jeitinho que busca analisá-lo a partir das práticas sociais percebidas dentro do contexto brasileiro, sem que se estabeleça, assim, uma avaliação moral. Nesse discurso, temos o jeitinho associado ao aspecto relacional da sociedade brasileira, que concebe o indivíduo não só como o sujeito normativo das instituições, mas também como sujeito das situações concretas do dia a dia. Sob essa ótica, conforme salienta Barbosa (2006, p.147), o jeitinho invoca uma concepção de igualdade diferente da norte-americana: “a brasileira se coloca como um fato, como algo dotado de substância, e não apenas e exclusivamente como um direito”.

Vimos ainda que o jeitinho está presente nas imagens e representações que são construídas pela sociedade brasileira. Conforme Rocha e Corbo (2013, p.128) registram, o jeitinho é uma espécie de identidade-símbolo, isto é, uma maneira por

meio da qual os brasileiros percebem a si próprios e a sua vida social. Nesse caso, ao conceito de jeitinho, associamos a criatividade, a espontaneidade, e a improvisação como representações construídas no interior da própria sociedade brasileira.

Tais características ligadas ao conceito de jeitinho foram com sucesso observadas na leitura das crônicas escolhidas para esse trabalho. Partimos da premissa de que esse, apesar de ser mais frequentemente veiculado em jornais mescla elementos da linguagem literária com a opinião de um tema real. Conforme apontado por Candido (1992, p.17), podemos dizer que esse gênero, nascido nos rodapés dos jornais e fruto da simplificação da linguagem, se aproxima do cotidiano brasileiro, ou seja, tem em foco o material necessário para o ensino-aprendizagem de aspectos da cultura subjetiva brasileira.

Por meio da semiótica discursiva, verificamos como três autores brasileiros construíram, em seus discursos, sentidos que refletem esse tipo de navegação social brasileira. Nessa investigação, encontramos então no gênero literário crônica um meio pelo qual aprendizes de português LE/L2 podem entrar em contato com um tipo de linguagem que é singular na sociedade brasileira.

Como gênero de característica híbrida, pudemos observar que as crônicas analisadas nesse trabalho apresentam diferentes marcas estilísticas. A crônica “Dar um jeitinho” apresenta característica de uma conversa, como se o cronista estivesse dialogando com o leitor. Com leveza e humor, temos um enunciador narrador que faz afirmações, tece comentários e forja uma situação para ilustrar seu argumento. Em “A moça estava deitada na grama”, observamos uma exposição narrativa que se vale de elementos poéticos para construir uma imagem tirada de uma cena cotidiana. A última crônica analisada, “Estética da gambiarra”, é construída a partir de um fato real: a cerimônia de abertura das Olimpíadas no Rio de Janeiro; sua linguagem aproxima-se mais do discurso jornalístico, em que o enunciador narrador faz um comentário a partir de uma perspectiva sociocultural, do que do discurso literário.

Vimos, assim, que a crônica pode ser considerada uma valiosa ferramenta no contexto de ensino de português LE/L2, pois apresenta uma variedade tanto de temas como de estilos de linguagem. Embora o recorte de nosso trabalho tenha

sido o conceito de jeitinho, por meio da leitura de textos completos, pudemos encontrar outros elementos presentes no contexto social brasileiro, que contribuem para que o aprendiz tenha um conhecimento mais abrangente de manifestações culturais e linguísticas do Brasil.

Como possíveis trabalhos futuros, pensamos que uma pesquisa de base etnográfica pode ser interessante para analisar como o aprendiz de português do Brasil como LE/2L leria o conceito de jeitinho por meio das três crônicas, comparando-o com sua própria cultura nativa. Segundo Kramsch (1993, p.236), a aprendizagem de uma língua estrangeira ou segunda língua e, por consequência, de uma outra cultura, realça no aprendiz uma experiência de estar na fronteira, e denomina tal experiência de terceira cultura. Tal pesquisa, assim, analisaria esse processo de encontro da terceira cultura por parte desses aprendizes.

Além disso, pensamos que, a partir das considerações apresentadas nesse trabalho, o conceito de jeitinho pode ser analisado em outros gêneros literários e em outros tipos de linguagem, como o audiovisual, por exemplo, em vídeos que retratam cenas do cotidiano brasileiro.

Conclui-se, assim, que, com base em uma perspectiva intercultural, os aprendizes estrangeiros podem, por meio da leitura de crônicas, entrar em contato com os aspectos culturais que envolvem o conceito de jeitinho na sociedade brasileira. Com isso, o educador pode estimular uma reflexão sobre certos padrões de pensamento e comportamento presentes tanto no contexto social do próprio aprendiz como no contexto social brasileiro. Essa reflexão, contudo, não deve ser baseada em visões etnocêntricas e moralizantes, mas em visões relativistas, que examinam a cultura a partir de seu contexto social.

Acreditamos com esse trabalho, contribuir para a abordagem do conceito de jeitinho no contexto de ensino de português LE/L2. Entendemos o jeitinho como um componente fundamental para se entender a configuração da identidade social brasileira, sendo, portanto, um conceito importante a ser apresentado aos aprendizes interessados em compreender as interações sociais no Brasil.

Referências bibliográficas

ADAM, J. M. **Le texte narratif**. Traité d'analyse textuelle des récits. Paris: Fernand Nathan, 1985. 239p.

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 277p.

ANDRADE, C. D. **Moça deitada na grama**. Rio de Janeiro: Record, 1987. 218p.

_____. Uma prosa (inédita) com Carlos Drummond de Andrade. **Caros Amigos**. São Paulo, nº 29, p. 12-15, agosto, 1999.

ANDRADE, O. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo, 1995.

_____. **Estética e política**. Pesquisa, organização, introdução, notas e estabelecimento de texto de Maria Eugênea Boaventura. São Paulo: Globo, 1992. 301p.

ARRIGUCCI JÚNIOR, D. **Enigma e comentário**: ensaios sobre a literatura e a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 238p.

BAKHTIN, M. (Voloshinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 1929. (impressão 2002). 196 p.

BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual do que os outros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 192p.

BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005. 96p.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 110p.

BENNETT, M. J. "Intercultural communication: a current perspective". In: _____. (Ed.). **Basic concepts of intercultural communication**: selected readings. Yarmouth, ME: Intercultural Press, 1998.

BORGES, F. C. **A filosofia do jeito**: um modo brasileiro de pensar com o corpo. São Paulo: Summus, 2006.

BROWN, H.D. **Principles of language learning and teaching**. White Plains: Addison Wesley Longman, 1986. (impressão 2000). 189p.

BRUNER, J. **Acts of Meaning**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1990.

BUENO, S. **Dicionário global escolar Silveira Bueno da língua portuguesa/Silveira Bueno**. 4. ed. São Paulo: Global, 2016.

BYRAM, M. **Teaching and assessing intercultural communicative competence**. Clevedon, Philadelphia: Multilingual Matters, 1997.

BYRAM, M.; GRIBKOVA, B.; STARKEY, H. **Developing the Intercultural Dimension in Language Teaching: A Practical Introduction for Teachers**. Strasbourg: Council of Europe, 2002.

CAMPOS, P. M. Arquivo Paulo Mendes Campos/Acervo IMS. Disponível em <<http://em1964.com.br/dar-um-jeitinho-por-paulo-mendes-campos/>> Acesso em: 18 mar. 2017.

CANALE, M.; SWAIN, M. **Theoretical Bases of Communicative Approaches to Second Language Teaching and Testing**. Applied Linguistics, v.1, n.1, p.1-47, 1980.

CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: _____. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-23.

COELHO, N. N. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2000. 159p.

COLLIE, J.; SLATER S. **Literature in the language classroom: a resource book of ideas and activities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CONSTANTINO, R. **Brasileiro é ótário?: o alto custo da nossa malandragem**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

COOK, G. **Discourse and Literature: The Interplay of Form and Mind**. Oxford: Oxford University Press, 1994. 285p.

CROOK, G.; SCHMIDT, R. Motivation: Reopening the research agenda. *Language Learning*, Michigan, v.41, n.4, p. 469–512, 1991.

DAMATTA, R. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004. 74p. (Coleção Cidadania)

_____. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163p.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 126p.

DAR UM JEITO. Dicionário online **Aulete**, 9 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em 9 jan. 2017.

DEARDORFF, D. K. **The Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization at**

Institutions of Higher Education in the United States. *Journal of Studies in International Education.* British Columbia, Canadá. v.10, n.3, p.241-266, 2006.

ESPÍRITO DE PORCO. Dicionário online **Dicio**, 18 mar. 2017. Disponível em <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em 18 mar. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, J. L. **Elementos da análise do discurso.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2016a. 126p.

_____. **As astúcias da enunciação:** as categorias de pessoa, espaço e tempo. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016b. 281p.

_____. **O sujeito na semiótica narrativa e discursiva.** *Todas as Letras J*, v.9, n.1, 2007. p.24-31.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto:** leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. 416p.

FLEURI, R. M. **Educação Intercultural:** desafios e perspectivas da identidade e pluralidade étnica no Brasil. - PQ/CNPq. Florianópolis, 2000.

FONTOURA, O. **Sobre o “historiar” medieval:** o lugar das crônicas e dos cronistas na escrita da história. **Revista Labirinto**, Porto Velho- RO, Ano XIV, v. 20,p.119-137, 2014.

FREITAS, P. E. **A crônica:** sua trajetória; suas marcas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br>>. 2004. Acesso em: 15 mar. 2017.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala.** Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt Ltda, 1933.

GAMBIARRA. Dicionário online **Dicio**, 18 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio d Janeiro: LTC, 1989. 224p.

GENETTE, G. **Figures III.** Paris: Seuil, 1972. 286 p.

GOMES DE MATOS, F. **Comunicar para o bem.** Rumo à paz comunicativa. São Paulo: Editora Ave Maria, 2002. 120p.

_____. **Pedagogia da positividade.** Comunicação construtiva em português. Recife: Editora da UFPE, 1996. 127p.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS J. **Sémiotique**. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, v.1, 1979.

GRINGO. In: **Longman Dictionaries online**, 5 abr. 2017. Disponível em: <<http://global.longmandictionaries.com/>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

HALL, E. T. **The silent language**. New York: Doubleday, 1959. 240 p.

HALL, S. (1996). Quem precisa da identidade? In: SILVA, T.T.S.(Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. P.103-133.

HANAUER, D. The task of poetry reading and second language learning. **Applied linguistics**, Oxford, v.22, n.3, p.295-323, 2001.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário **Houaiss** da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HYMES, D. H. On Communicative Competence. In: Pride, J. B.; Holmes, J. (Eds.) **Sociolinguistics**. Baltimore, USA: Penguin Education, Penguin Books Ltd, 1972. p. 269-293.

HOFSTEDE, G. J.; HOFSTEDE, G.; MINKOV, M. **Cultures and Organizations: Softwares of the mind**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2010. Disponível em: <<https://westwood.wikispaces.com/file/view/Hofstede.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

JEITINHO. In: Dicionário online **Dicio**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

JEITINHO. In; Dicionário online **InFormal**. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

JEITINHO BRASILEIRO. In: Dicionário online **InFormal**. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

KIRCHOF, E. R. **Estética e semiótica: de Baumgarten e Kant a Umberto Eco**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 274p.

KRAMSCH, C. **Context and culture in language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1993. 297p.

KRAMSCH, C.; O. KRAMSCH. The avatars of literature in language study. **The Modern Language Journal**. Hoboken, New Jersey, v.84, n.1, p.553-573, 2000.

KRAMSCH, C. Culture in Foreign Language Teaching. **Iranian Journal of Language Teaching Research**. West Azerbaijan Province, Urmia Lake Bridge, Irã, v.1, n.1, p.57-78, 2013. Disponível em: <http://www.urmia.ac.ir/sites/www.urmia.ac.ir/files/Article%204_1.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 117p.

LEWIS, R. D. **When Cultures Collide**. London: Nicholas Breakey Publishing, 2003.

LO BIANCO, J. Culture: visible, invisible and multiple. In: LO BIANCO, J.; CROZET, C. (orgs.) **Teaching Invisible Culture**. Melbourne: Language Australia Ltd., 2003. p.11-38

MEYER, R.M.B. **Cultural, Multicultural, Intercultural**: o Português como Segunda Língua para Estrangeiros. In: BALOCCO, A.E.; PEREIRA (eds.), M.T.P. Matraga. vol. 20, no. 32. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Letras, jan/jun 2013a. Pp. 54-65. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga32/arqs/matraga32a03.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. **Para o bem ou para o mal: a construção de identidade pelo falante de PL2**. In: MEYER, R.M.B.; ALBUQUERQUE, A. Português para Estrangeiros: questões interculturais. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013b. Pp. 7-34. Disponível em <<http://www.editora.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&inoid=330&sid=3>> Acesso em: 17 mar. 2017.

MICHAELIS. Dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MOITA-LOPES, L. P. **Oficina de lingüística aplicada**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996. 190p.

MOISÉS, M. **A criação literária: prosa**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1983. 317p.

PORTELLA, E. A crônica e a cidade. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro, Fase VIII, Ano III, n.78. p. 107-111. Jan-Março, 2014.

ROCHA, E.; CORBO, W. O Brasil é *cool*: comunicação, consumo e o novo luxo da Osklen. In: ROCHA, E.; PEREIRA, C. (Org.). **Culturas e imaginação publicitária**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Mauad, 2013. p.105-140.

ROCHA. E. **Jogo de Espelhos**: ensaios de cultura brasileira. 3.ed. ver. E ampl. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 136p.

RODRIGUES, N. **Brasil em campo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Coleção Nelson Rodrigues)

TAKAHASHI, N.T. **Textos literários no ensino de português língua estrangeira (PLE) no Brasil**. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

TODOROV, T. **A Literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 96p.

TOSTA, A.L.A. Além de textos e contextos: língua estrangeira, poesia e consciência cultural crítica. In: MOTA, K.; SCHEYER, D. (Org.). **Recortes interculturais na sala de aula de línguas estrangeiras**. Salvador: EDUFBA: Instituto de Letras, Departamento de Letras Germânicas, 2004. p.107-141.

VENTURA, Z. **A estética da gambiarra**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/a-estetica-da-gambiarra-19889747>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

VIANA, N. **Sotaque cultural: uma proposta para compreensão de traços culturais (re)velados na interação em língua estrangeira**. Belo Horizonte: 2003, 319f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

XAVIER, I. **Sertão Mar Glauber Rocha e a estética da fome**. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 232p.

WIDDOWSON, H. The Use of Literature. In: HINES, M.; RUTHERFORD, W. (ed.). **On TESOL 81**. Washington, D.C.: TESOL, 1981.

WERNECK, H. **Boa companhia: crônicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 223p.

Relação de sites consultados:

- <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/o-jeitinho-brasileiro-e-o-jeitao-de-dilma-3ydfqepeepynf9tetpt6mfpk4>
- http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/30/opinion/1388424661_871576.html
- <https://oglobo.globo.com/economia/jeitinho-brasileiro-chegou-conducao-da-politica-economica-do-pais-diz-ft-7311855>
- <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/india-importa-jeitinho-brasileiro-para-favelas-de-mumbai,58d86380c0ada310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>
- <http://exame.abril.com.br/ciencia/orgao-dos-eua-pede-jeitinho-brasileiro-para-vencer-atraso/>
- <http://dapp.fgv.br/jeitinho-brasileiro-no-transito/>
- <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1671071-jeitinho-brasileiro-e-promovido-a-estrategia-no-mundo-dos-negocios.shtml>
- <http://odia.ig.com.br/brasil/2016-10-24/teori-diz-que-jeitinho-brasileiro-facilita-a-desobediencia.html>